

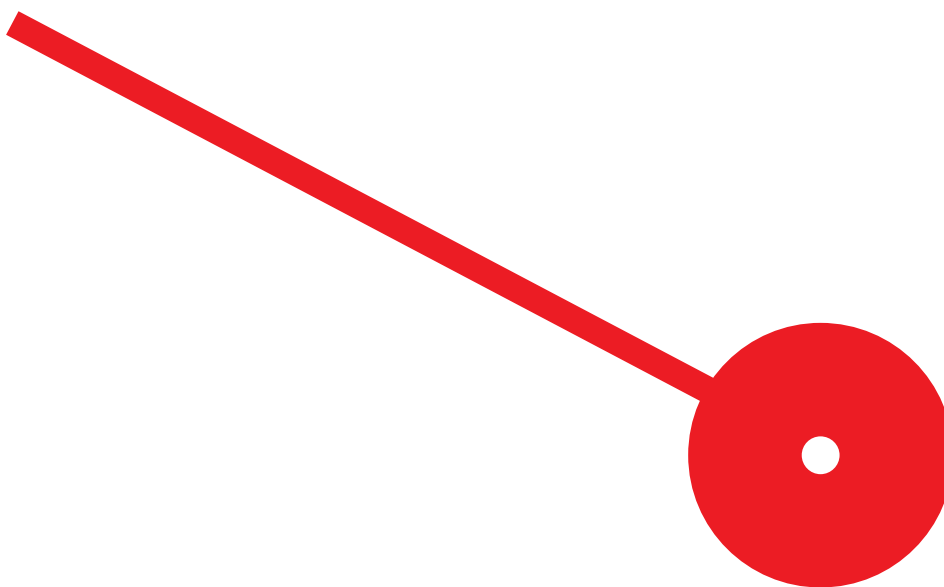


Fontes de Financiamento das Políticas Culturais em Portugal: Estudo de Caso - Fundação Serralves

Ana Isabel Brito Pereira

06/2024

Ana Isabel Brito Pereira. Fontes de Financiamento das
Políticas Culturais em Portugal: Estudo de Caso -
Fundação Serralves
06/2024



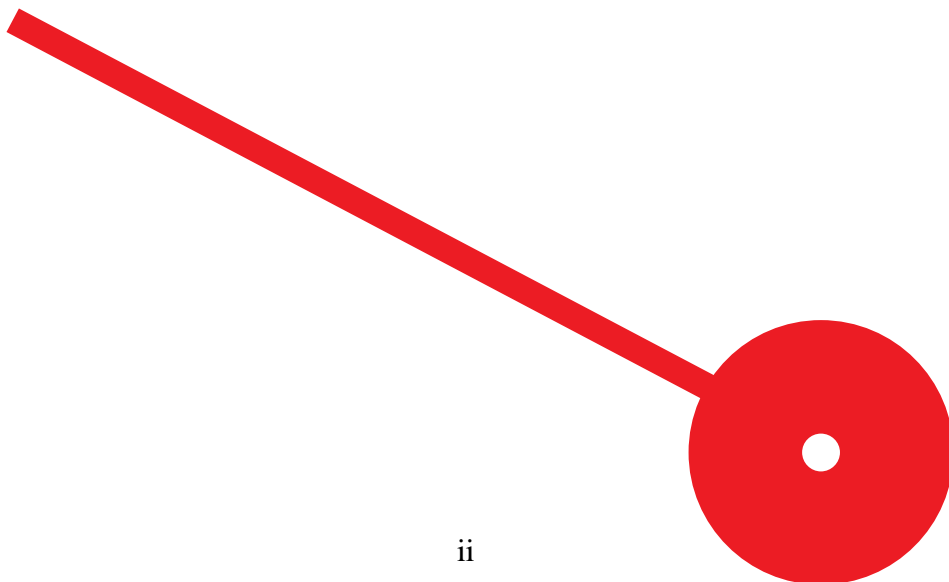


Fontes de Financiamento das Políticas Culturais em Portugal: Estudo de Caso - Fundação Serralves

Ana Isabel Brito Pereira

Dissertação de Mestrado

**apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração
do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Gestão das
Organizações - ramo Gestão Pública, sob orientação do professor
Adalmiro Pereira e da professora Tânia Teixeira.**



Agradecimentos

Gostava de expressar a minha sincera gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização desta dissertação de mestrado.

Primeiramente, quero agradecer ao meu orientador, Adalmiro Pereira, pela sua orientação excecional, apoio incansável e valiosos conselhos ao longo deste processo de pesquisa. O seu compromisso e dedicação foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

À Instituição de Ensino, ISCAP, gostaria de agradecer pelo ambiente acadêmico inspirador que proporcionou, através do cenário ideal para o desenvolvimento desta pesquisa. O suporte e recursos fornecidos foram essenciais para alcançar os objetivos propostos.

Aos meus amigos: Bea, Catarina, Gonçalo e Rafael, o meu mais sincero agradecimento pelo apoio incondicional, estímulo constante e momentos de descontração que tornaram esta jornada mais leve e memorável. As vossas palavras de incentivo e amizade foram verdadeiros pilares durante os desafios académicos.

Um agradecimento especial ao meu namorado, cujo apoio inabalável, compreensão e amor incondicional foram a âncora que me sustentou nos momentos de dúvida e desânimo. A sua presença constante e encorajamento foram fundamentais para que eu não desistisse e seguisse em frente com determinação.

Por último, mas definitivamente não menos importante, gostaria de agradecer à minha família. O vosso amor incondicional e apoio constante em mim foram a força por detrás de cada conquista. Para além disso, o apoio emocional e encorajamento ao longo dos anos foram fundamentais para me ajudar a alcançar este marco académico.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, o meu mais sincero obrigado.

Resumo:

A dissertação apresenta uma revisão da literatura sobre as fontes de financiamento disponíveis para as políticas culturais, incluindo financiamento público, privado e colaborações internacionais, destacando as dificuldades das fontes de financiamento. Utilizando uma metodologia qualitativa de estudo de caso, aliada a entrevistas, o estudo foca na compreensão aprofundada das estratégias de financiamento da Fundação de Serralves e os desafios enfrentados. Os resultados enfatizam a importância da diversificação das fontes de financiamento, transparência e *accountability* na gestão dos recursos culturais, além da necessidade de apoio através do mecenato.

Conclui-se que as políticas culturais que promovam a sustentabilidade financeira das instituições culturais, juntamente com o fortalecimento das parcerias entre setor público, privado e internacional, são essenciais. Fortalecer os incentivos fiscais para doadores e promover práticas de financiamento sustentável são medidas adicionais para garantir a viabilidade a longo prazo das instituições culturais.

Esta dissertação contribui para uma compreensão mais aprofundada das políticas culturais em Portugal, visando promover o acesso equitativo à cultura e o desenvolvimento sustentável do setor cultural no país.

Palavras chave: Financiamento; Políticas Culturais; Cultura; Fundação Serralves

Abstract:

The dissertation presents an use-case study on the sources of financing available for cultural policies, including public and private financing, and international collaborations, while highlighting the difficulties of financing sources. Using a qualitative use-case study methodology, combined with interviews, the study focuses on an in-depth understanding of the Serralves Foundation's financing strategies and the challenges they faced. The results emphasize the importance of diversifying funding sources, having transparency and accountability in the management of cultural resources, in addition to the need for support through patronage.

It is concluded that cultural policies that promote the financial sustainability of cultural institutions, together with strengthening partnerships between the public, private and international sectors, are essential. Strengthening tax incentives for donors and promoting sustainable financing practices are additional measures to ensure the long-term viability of cultural institutions.

This dissertation contributes to a deeper understanding of cultural policies in Portugal, aiming to promote equitable access to culture and the sustainable development of the cultural sector in the country.

Key words: Financing; Cultural Policies; Culture; Serralves Foundation

Índice geral

Capítulo - Introdução	1
Capítulo I – Referencial Teórico	4
1 Enquadramento teórico.....	5
1.1 Conceito de Cultura	5
1.2 Políticas Culturais.....	8
1.2.1 Definição	8
1.2.2 Modelos de Políticas Culturais	10
1.3 O panorama das Políticas Culturais em Portugal	14
1.4 Legislação das Políticas Culturais	19
Capítulo II – Fontes de Financiamento em Portugal	21
2 Financiamento da Cultura.....	22
2.1 Financiamento Público Nacional.....	23
2.2 Financiamento Privado Nacional.....	30
2.3 Financiamento Público da União Europeia	33
2.4 Financiamento Público Internacional	37
2.5 Financiamento Privado Internacional.....	40
2.6 Desafios das Fontes de Financiamento.....	42
Capítulo III – Enquadramento Metodológico	45
3 Enquadramento	46
3.1 Metodologia.....	46
3.2 Problemática e objetivos.....	47
3.3 Recolha de dados: entrevista	48
Capítulo IV – Estudo de caso	50
4 Fundação Serralves.....	51
4.1 História da Fundação	51
4.2 Missão e objetivos	53

4.3	Financiamento (entrevistas).....	56
	Capítulo V – Conclusões Finais.....	61
	Apêndices.....	65
	Referências bibliográficas.....	67

Índice de Figuras

Figura 1- Receita de impostos - área da cultura OE 2015- OE 2024	24
Figura 2- Dotações dos Fundos da Fundação Serralves	58

Índice de Tabelas

Tabela 1- As políticas clássicas de produção e difusão cultural	12
Tabela 2- As políticas de consolidação da identidade e preservação do património	13
Tabela 3- As políticas de intervenção e regulação económica do setor cultural	13
Tabela 4- Evolução das Políticas Culturais em Portugal.....	15

Lista de abreviaturas

CCB – Centro Cultural de Belém

DGARTES – Direção Geral das Artes

DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

Dr. – Doutor

Dra. – Doutora

EPE – Entidade Pública Empresarial

EU – European Union

FFC – Fundo de Fomento Cultural

FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas

GEPAC – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual

IAPMEI – Agência para a Competitividade e a Inovação

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

MAC – Museu Arte Contemporânea

OAC – Observatório das Atividades Culturais

OE – Orçamento de Estado

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PIDDAC – Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

RPAC – Rede Portuguesa de Arte Contemporânea

RPM – Rede Portuguesa de Museus

RTCP – Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WMF – World Monuments Fund

CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta dissertação surge da interseção entre experiências académicas anteriores e interesses atuais. Durante a minha licenciatura, uma unidade curricular dedicada às políticas culturais despertou o meu interesse para a importância do financiamento dessas políticas e a sua influência na promoção da cultura e da identidade nacional. Agora, no mestrado, aprofundando os meus conhecimentos na unidade curricular de Gestão Pública, tive a oportunidade de abordar novamente essa temática, observando-a sob uma nova perspetiva, mais voltada para os mecanismos de financiamento e gestão dos recursos públicos destinados à cultura. A conjugação dessas experiências académicas proporcionou uma visão ampla e aprofundada das políticas culturais e a sua relação com a gestão pública. Nesse contexto, a pesquisa sobre as fontes de financiamento das políticas culturais em Portugal, com foco no estudo de caso da Fundação de Serralves, surge como uma oportunidade para aplicar e expandir os conhecimentos adquiridos ao longo da minha trajetória académica.

No contexto global contemporâneo, as políticas culturais desempenham um papel fundamental na promoção da diversidade cultural, no fortalecimento da identidade nacional e na promoção do desenvolvimento socioeconómico. Em Portugal, um país com uma rica tradição cultural e histórica, a sustentabilidade financeira das instituições culturais, como a Fundação de Serralves, torna-se um elemento crucial para garantir o acesso equitativo à cultura e preservar o património cultural.

O presente estudo propõe-se a analisar as diversas fontes de financiamento das políticas culturais em Portugal, com um foco específico no estudo de caso da Fundação de Serralves. Esta instituição, localizada no Porto, desempenha um papel proeminente na promoção das artes contemporâneas, na preservação do património cultural e na educação artística.

A importância desta pesquisa reside na necessidade de compreender como as políticas culturais são financiadas em Portugal, bem como os desafios enfrentados pelas instituições culturais na captação de recursos financeiros. Além disso, o estudo de caso da Fundação de Serralves oferece uma oportunidade única para analisar as estratégias específicas adotadas por uma instituição cultural de renome para garantir sua sustentabilidade financeira.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: o Capítulo 1 apresenta o enquadramento teórico, abordando o conceito de cultura, políticas culturais, a sua

definição, modelos e legislação, além de analisar o panorama das políticas culturais em Portugal; o Capítulo 2 explora o financiamento da cultura, incluindo o financiamento público nacional, privado nacional, público da União Europeia, público internacional e privado internacional, assim como os desafios encontrados; o Capítulo 3 detalha o enquadramento metodológico, incluindo a metodologia adotada, a problemática e objetivos da pesquisa, bem como a abordagem para a recolha de dados através de entrevistas; o Capítulo 4 apresenta o estudo de caso sobre a Fundação Serralves, que inclui a sua história, missão e objetivos, bem como uma análise do seu financiamento com base em duas entrevistas realizadas; por fim, o Capítulo 5 apresenta as considerações finais, sugestões para políticas culturais futuras e a relevância do estudo para o setor cultural em Portugal.

Em resumo, esta dissertação visa contribuir para um entendimento mais aprofundado das fontes de financiamento das políticas culturais em Portugal, utilizando o estudo de caso da Fundação de Serralves como um exemplo ilustrativo. Ao analisar as estratégias de financiamento adotadas por esta instituição, espera-se oferecer uma perspetiva para outras organizações culturais, visando fortalecer o setor cultural e promover o acesso à cultura para todos os cidadãos portugueses.

CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO

1 Enquadramento teórico

A compreensão da cultura e das políticas culturais é fundamental para analisar o papel da cultura na sociedade contemporânea. Este capítulo serve como um alicerce teórico para a pesquisa, explorando o conceito de cultura, os diferentes modelos de políticas culturais e oferecendo um panorama específico das políticas culturais em Portugal.

Neste capítulo, serão abordados três pontos essenciais. Em primeiro lugar, será apresentado o conceito de cultura, destacando a sua complexidade e a sua importância na formação da identidade coletiva e individual. Serão exploradas diversas definições e abordagens teóricas que ajudam a compreender a natureza multifacetada da cultura e a sua influência nos processos sociais, políticos e económicos. Em seguida, serão examinadas as políticas culturais, definindo-as e analisando os diferentes modelos que orientam a sua formulação e implementação. Por fim, será traçado um panorama das políticas culturais em Portugal, analisando a sua evolução ao longo do tempo, os principais marcos legislativos e as políticas públicas adotadas para promover e preservar a diversidade cultural do país. Serão também abordadas as questões contemporâneas e os desafios enfrentados pelo setor cultural português.

Este capítulo pretende estabelecer as bases teóricas necessárias para a compreensão do contexto cultural e político que permeia o objeto de estudo desta dissertação, proporcionando uma visão abrangente e aprofundada das questões pertinentes à análise das políticas culturais em Portugal.

1.1 Conceito de Cultura

A palavra cultura possui vários significados, o que dificulta a tarefa de a definir de forma exata, sendo um conceito transversal presente em diversas áreas, como sociologia, antropologia, história, economia e comunicação. Edward Tylor definiu cultura como um complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes e capacidades adquiridas pelo homem como membro de uma sociedade.

Tylor examina as "origens da cultura" (título do primeiro tomo) e os mecanismos de sua evolução. Ele foi o primeiro etnólogo a saber dar efetivamente os fatos culturais sob uma ótica geral e sistemática. Ele

foi também o primeiro a se dedicar ao estudo da cultura em todos os tipos de sociedade e sob todos os aspectos, materiais, simbólicos e até corporais (Cuche, 1999, p.37).

A cultura é mutável e adapta-se ao contexto social, económico e tecnológico, evoluindo junto com a humanidade. Existem diversas definições para a palavra cultura, como as classificadas por Kroeber e Kluckhohn que, em 1952, classificaram a palavra cultura com cerca de 164 diferentes definições¹. Estes autores refletiram e examinaram todas as questões relacionadas com as mais variadas interpretações da palavra, tendo em conta os diversos contextos, resultando no número de definições referido.

Clifford Geertz define cultura com base na importância dos símbolos e da comunicação:

o termo "cultura" assumiu agora uma certa aura de má reputação nos círculos dos antropólogos sociais, dada a multiplicidade dos seus referentes e a estudada nebulosidade com que tem sido invocado, às vezes em demasia. De qualquer forma, o conceito de cultura ao qual eu me atenho não possui referentes múltiplos nem qualquer ambiguidade fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (Geertz, 1978, p.66).

Este termo advém do latim *culturae* e considera-se que a cultura “é como um ser vivo, que se transforma ao longo do tempo e que vive de atividades orientadas para a transferência de conhecimento e crenças comuns, dentro de uma sociedade ou de um grupo social” (López, 2021, p. 6).

Em síntese, é possível afirmar que o conceito de cultura, na sua abrangência, revela-se como uma realidade de contornos difusos e de difícil delimitação, sujeita a transformações ao longo do tempo e em face de diversas circunstâncias. No escopo mais restrito, delineamos a cultura como intrinsecamente ligada a todas as manifestações de

¹ Informação retirada de Velho G. & Castro V. E. (1978). *O conceito de Cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspetiva antropológica.*

hábitos, tradições e costumes do cotidiano, abrangendo áreas como gastronomia, vestuário, artes, saberes, ofícios, e outros domínios similares. Abordando-a numa perspectiva antropológica mais aprofundada, podemos conceber a cultura como uma trama complexa de significados e elementos que conferem sentido à sociedade que circunda o indivíduo, incorporando componentes como linguagem, crenças, tradições e moral, entre outros.

É crucial sublinhar que cada indivíduo é portador de uma cultura intrínseca, haja vista que nasce e permanece inserido num específico contexto social. Importa ressaltar, ademais, que nenhuma cultura detém superioridade sobre outra. Os estudos acerca do conceito de cultura, em suas variadas amplitudes, visam mitigar a visão etnocêntrica e promover o respeito pela diversidade cultural. O conceito de cultura, como observamos, apresenta-se multifacetado, sendo constantemente formulado e reformulado, conferindo-lhe uma complexidade e amplitude que tornam impossível atribuir-lhe um único significado.

A cultura constitui uma esfera permeável, caracterizando-se como uma vasta assimilação de conceitos, conexões, interdependências e contaminação (Aguileta, 2000) por diversos elementos, tais como fatores culturais, económicos, políticos, educativos, entre outros. Dessa forma, é crucial não confundir com eventos isolados que se autojustifiquem. Ademais, é fundamental evitar a redução da Cultura a um simples entretenimento, bem como sua restrição exclusiva às Belas Artes ou à "alta cultura" erudita e hermética (Santos, 2007).

Além de sua inserção no domínio das ciências sociais, o termo cultura ocupa um espaço adicional, associando-se a conceitos como identidade, erudição, mentalidade, tradição e ideologia. Segundo Cuhe, a ampliação gradual de significados atribuídos ao termo cultura deve-se à popularização da antropologia cultural e à afirmativa da identidade de uma sociedade por meio da cultura. A cultura, dessa maneira, desempenha um papel crucial em diversas esferas, incluindo a inclusão social, o património, o turismo, o empreendedorismo, entre outras.

No entanto, apesar de sua riqueza e vitalidade, a cultura também pode ser um campo de conflito e contestação, refletindo tensões e desigualdades sociais subjacentes. A globalização e a interconexão crescente entre as sociedades têm desafiado as fronteiras

culturais tradicionais, levando a um intenso debate sobre identidade, autenticidade e hibridismo cultural.

Em última análise, compreender a cultura é essencial não apenas para apreciar a diversidade humana, mas também para promover o diálogo intercultural, a tolerância e o respeito mútuo. Ao reconhecer e valorizar as diferentes expressões culturais, podemos construir pontes entre os povos, enriquecendo nossa compreensão do mundo e fortalecendo os laços que nos unem como seres humanos.

1.2 Políticas Culturais

As políticas culturais representam um conjunto de medidas e estratégias adotadas pelos governos e instituições para promover, preservar e fomentar a cultura dentro de uma sociedade. Elas são essenciais para garantir a diversidade cultural, a acessibilidade e o desenvolvimento cultural sustentável. No contexto das políticas culturais, é importante compreender a sua definição, os modelos existentes, o panorama específico em Portugal e a legislação que as regula.

Este capítulo explorará em detalhe cada um desses elementos, proporcionando uma compreensão das políticas culturais, com um foco especial no contexto português.

1.2.1 Definição

Ao definir a palavra “política” como o processo através do qual um grupo de pessoas consegue chegar a decisões coletivas, que, de certa forma, vinculam esse mesmo grupo, destaca-se o processo dinâmico de decisão como o carácter fundamental desta atividade (Albuquerque, 2011). No desenvolvimento desse processo negocial, a política transforma-se num conjunto de decisões tomadas num, e para um, dado campo da esfera social, de acordo com o mesmo autor. Desta forma, quando nos referimos a políticas culturais, consideram-se como práticas de intervenção que vêm agregar e dar sentido a um conjunto necessariamente heteróclito de atos, discursos, despesas e práticas administrativas (Dubois, 1999), ou seja, onde interagem duas dimensões essenciais das interações sociais: a cultura e o poder.

O papel da cultura no desenvolvimento dos diferentes territórios é, atualmente, amplamente reconhecido, mesmo se essa preocupação não encontra tradução estruturada efetiva no quadro das políticas culturais (Santos, 2007, p.62).

Pierre Bourdieu, o sociólogo francês, defende que as políticas culturais atuam especificamente, sobre instituições “endógenas”, ao campo de produção cultural, ou seja, locais como galerias, museus e instâncias de consagração (academias, salões, etc.), ou até mesmo “instâncias de reprodução dos produtores e consumidores (escolas de belas-Artes, etc.)” (Albuquerque, 2011, p. 91).

Deste modo, entende-se que política cultural é o conjunto de iniciativas e medidas, desenvolvidas pela administração pública, grupos comunitários, empresas privadas ou instituições civis, no âmbito de orientar a salvaguarda, o reconhecimento e o estímulo ao desenvolvimento simbólico material e imaterial de uma determinada sociedade ou grupo social (Félix & Fernandes, 2011). Ainda dentro do processo referido anteriormente, as políticas culturais traduzem-se em

operações princípios e procedimentos administrativos e orçamentários com características de instruções e diretrizes, tanto de ação direta quanto de fomento, assim como de meios regulatórios apropriados ao setor — normas jurídicas que regem as relações entre os sujeitos e os objetos culturais (...) e a criação de processos culturais, em modalidades com objetivos diferentes — excludentes ou cumulativos — e por vezes incompatíveis (Félix & Fernandes, 2011, p.2).

Nestas operações e processos de decisão, condicionados pelas normas jurídicas referentes na citação anterior, ainda atuam em modelos ideológicos e económicos com a finalidade de conservar, salvaguardar e democratizar os diferentes tipos de património – desde o consumo e a conseqüente produção de bens e serviços – até estes chegarem ao destino final, os “consumidores” destes bens e serviços culturais. De forma breve, as suas funções são as de desenvolver o setor cultural, no seu cômputo geral, fortificando a produção, propagação e consumo cultural, enquanto corrige eventuais distorções e resolve problemas detetados em diferentes etapas de diagnósticos (Félix & Fernandes, 2011).

Segundo Anabela Cruz (2012), as políticas culturais devem incentivar um investimento substancial na educação das pessoas, uma vez que a produção e o consumo de produtos culturais estão intimamente ligados ao nível de capital cultural presente na sociedade.

1.2.2 Modelos de Políticas Culturais

Apesar de toda a importância que as políticas culturais integram em si, para a cultura e toda a sua envolvente, estas são relativamente recentes; segundo uma citação de Xan M. Bouzadas (2007), em “Políticas Culturais” de Rubim e Rocha, 2012 o “nascimento” e discussão acerca das políticas culturais – nos países ocidentais – surge num período entendido entre a década dos anos trinta e os anos sessenta do século XX. Deste forma, as iniciativas político-culturais são associadas à Segunda República Espanhola nos anos trinta do século passado; “a instituição do Arts Council na Inglaterra na década de quarenta e a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, em 1959” (Rubim & Rocha, 2012, p. 14). Entretanto, a iniciativa francesa é a mais estudada pela sua envergadura, uma vez que a criação do Ministério da Cultura francesa possui a definição mais concreta da institucionalização da cultura.

Deste modo, a criação do Ministério dos Assuntos Culturais de França, chefiado por André Malraux, acaba por marcar a fundação das políticas culturais, pelo menos no que diz respeito aos países do ocidente. Efetivamente, cabia a Malraux implementar o primeiro ministério da cultura existente no mundo, impulsionando uma dimensão de organização jamais pretendida numa intervenção política na esfera cultural. Por outro lado, a intervenção do novo Ministério em França, como um todo, almejava a retomada do poderio cultural francês, bastante afetado pelas consequências da Segunda Guerra Mundial, mas subordinava claramente esta “perspetiva política” a um fim cultural (Rubim & Rocha, 2012). Foi assim que Malraux, com o Ministério dos Assuntos culturais, dinamizou a política cultural e o seu panorama contemporâneo – tendo repercussões nos modelos iniciais e paradigmáticos de políticas culturais atuais, sendo objeto de estudo de diferentes gestores do nosso século. No decreto de 24 de julho de 1959, sob a chefia do novo Ministério, ficaram assentes alguns objetivos deste modelo cultural que se pretendia definir:

O Ministério de Assuntos Culturais terá como missão tornar acessíveis as obras capitais da Humanidade [...] ao maior número possível de franceses, garantir ampla difusão a nosso patrimônio cultural, e favorecer a criação de obras de arte e do espírito que a enriquecem. Xan Bouzadas Fernández (2007, p. 124) em “Políticas Culturais” (Rubim & Rocha, 2012, p. 15).

Foi através deste decreto de criação e das “casas de cultura” (projeto institucionalizado por André Malraux), que se conformou o modelo de democratização cultural, que englobava dentro de “si a preservação, a difusão e o acesso ao patrimônio cultural ocidental francês canonicamente entronizado como a cultura” (Rubim & Rocha, 2012, p. 16). Por conseguinte, qualquer tipologia de patrimônio francês, era digno de ser preservado, difundido e consumido pela civilização francesa. Após a intervenção de Malraux, este patrimônio poderia ser então democratizado e compartilhado por todos os cidadãos franceses, independentemente da sua classe social – conceito que se reflete nas políticas culturais dos dias de hoje. Para além disso, este modelo ainda defendia a sua preservação e difusão do consumo deste patrimônio, estimulando a criação de obras de artes, algo verdadeiramente importante para a área da cultura e da perspectiva do mundo para com este conceito, que não era tão acessível como atualmente.

Contudo, este modelo foi contestado no ano de 1968, onde foi alvo de crítica por ser um modelo não democrático e representativo de uma cultura elitista; era também, considerada uma espécie de “paternalismo, que consolidava uma gama de convenções culturais que a nova classe média podia utilizar como emblemas da distinção, sancionada pelo imprimatur do endosso estatal” (Lima, Ortellado, & Souza, 2013, p. 5). Por consequência, surge o segundo modelo, em resposta a este descontentamento para com o modelo de Malraux; este modelo, defendia uma definição mais ampla de cultura, reconhecendo a diversidade de formatos expressivos e, simultaneamente, procurando uma maior integração entre cultura e vida quotidiana, assumindo como condição da política cultural a descentralização das intervenções culturais.

Em resumo, destes dois modelos explorados durante esta época, podemos sintetizar este consenso – a respeito da distinção fundamental das políticas culturais contemporâneas – como uma oposição entre estes modelos/lados: a difusão da cultura

consagrada e, de outro modelo, a valorização de práticas culturais populares ou comunitárias, de acordo com a tabela 1.

Modalidade de política	Conceito de cultura	Objetivo	Instrumentos de intervenção
Políticas de democratização cultural	Cultura como belas artes	Ampliar o acesso à cultura consagrada	Centros culturais orientados à difusão, orquestras públicas com entradas subsidiadas
Políticas de democracia cultural	Cultura como modo de vida	Apoiar a produção simbólica dos diversos segmentos sociais	Fomento à cultura popular e comunitária

Tabela 1- As políticas clássicas de produção e difusão cultural (Lima, Ortellado, & Souza, 2013, p. 5).

Porém, ainda podemos acrescentar às definições predefinidas de política cultural, a política de identidade e património, e de intervenção e regulação económica – ao contrário da política de produção e difusão apresentada sob a chefia de Malraux. Estas medidas de identidade e intervenção surgem do esforço da consolidação dos estados modernos para construir a ideia de identidade nacional e da consequente preservação do património cultural. Para sustentar esta ideia, existem vários autores que defendem a criação voltada à “preservação do património histórico e à construção da memória nacional, a exemplo de museus, arquivos nacionais e órgãos de preservação” (Lima, Ortellado & Souza, 2013, p. 6).

As memórias do passado e a herança coletiva, juntamente com monumentos, tornam-se uma forma de valorizar o presente, transformando-as em símbolos da identidade nacional, trabalhando sempre com o objetivo de construção e fortalecimento de comunidades políticas imaginadas, mais concretamente, as nações. Por outro lado, foi nesta modalidade que, o Estado francês, apresentou-se como uma referência internacional, fazendo com que o conceito de património histórico surgisse a par da Revolução Francesa, propagando-se, posteriormente, para os outros países. Por fim, dentro desta política de identidade do património e das comunidades, o Estado começa a proteger o património de grandes obras e construções, que passam efetivamente, a ser classificados como monumentos nacionais; também os museus históricos, servem de repositório de bens culturais que representam a tal identidade nacional disseminada por este tipo de política (Lima, Ortellado, & Souza, 2013):

Modalidade de política	Conceito de cultura	Objetivo	Instrumentos de intervenção
Políticas de identidade nacional	Cultura como identidade nacional	Consolidar a identidade nacional e preservar o patrimônio	Museus históricos nacionais, monumentos cívicos, missões folclóricas de resgate da cultura nacional
Políticas de reconhecimento da diversidade	Cultura como diversidade identitária	Reconhecer a diversidade das comunidades que integram o Estado nacional	Museus étnicos, patrimônio imaterial

Tabela 2- As políticas de consolidação da identidade e preservação do património. (Lima, Ortellado, & Souza, 2013, p. 7).

Por fim, o último tipo de políticas culturais que se insere nos diversos modelos apresentados ao longo deste capítulo, é relativo à intervenção e regulação económica do setor cultural. Este último tipo de modalidade de política, teve origem e disseminação aquando da consolidação de um mercado internacional de indústrias criativas culturais, mais concretamente, o cinema, o rádio e as indústrias fonográficas. Assim, estas políticas, pretendiam assegurar o controlo nacional da produção e emissão do reportório simbólico, assim como incentivar a produção doméstica, à semelhança do primeiro modelo/política, que pretendia impulsionar a produção cultural.

Este modelo de regulação económica, surge em consequência da disseminação do discurso sobre a economia pós-industrial. Existiram, pelo menos, dois movimentos que deram origem a estas novas políticas de intervenção no campo da cultura: a adoção, por parte do governo inglês, de uma política de desenvolvimento económico para as indústrias criativas, que defende o fator criatividade como a principal fonte de geração de valor; a propagação e aposta de uma literatura de proposição de políticas públicas que viria a mostrar a concentração geográfica das atividades criativas – referentes às indústrias criativas adotadas na medida – tanto no que diz respeito às atividades económicas, como no que diz respeito à força de trabalho (Lima, Ortellado, & Souza, 2013).

Modalidade de política	Conceito de cultura	Objetivo	Instrumentos de intervenção
Políticas de proteção à indústria cultural nacional	Cultura como conjunto de bens simbólicos que podem ser reproduzidos serialmente	Diminuir o impacto (cultural/ económico) da indústria cultural estrangeira e fortalecer a indústria nacional	Cotas cinematográficas, estímulo fiscal à produção de conteúdo nacional
Políticas de economia criativa	Cultura como setor de atividade económica	Fomentar o setor económico criativo	Incentivos aos setores criativos, formação de <i>clusters</i> , cidades

Tabela 3- As políticas de intervenção e regulação económica do setor cultural. (Lima, Ortellado, & Souza, 2013, p. 9).

Concluindo a temática destes três modelos de políticas culturais, relativamente à sua evolução na História, podemos afirmar que existiram três gerações distintas, com diferentes impactos para a área da cultura:

uma geração de formação da identidade e preservação do patrimônio, outra de intervenção e regulação econômica e uma última de produção e difusão cultural. (..) foram muitas vezes contestadas ou resignificadas, dando origem a modalidades de políticas específicas (Lima, Ortellado, & Souza, 2013, p. 9).

De acordo com Costa (1997), as políticas culturais podem ser classificadas em três tipos: as políticas culturais carismáticas, as políticas de democratização da cultura e as políticas de democracia cultural. As carismáticas

visam apoiar os criadores reconhecidos, e a intervenção dos poderes públicos fica por aí. As segundas não se contentam em apoiar os criadores, mas propõem-se alargar o acesso às obras a um público tão vasto quanto possível. As terceiras não se limitam a facilitar a criação artística e a seguir democratizá-la, mas pretendem ainda estimular alargadamente a criatividade cultural e propiciar a expressão cultural dos diversos grupos sociais (Costa, 1997, p. 5 e 6).

1.3 O panorama das Políticas Culturais em Portugal

Para compreender a evolução das Políticas Culturais, é importante voltar ao início do século XX. Nesse contexto, a análise da tabela abaixo apresentada demonstra o desenvolvimento ao longo do tempo.

DATA	ACONTECIMENTO
A 5 de outubro de 1910:	A Monarquia Cai devido à grande instabilidade política sentida durante o Reinado de D. Manuel II;
Em 1911:	Dá-se a Instauração da 1.ª República e elaboração da Constituição Republicana;
A 28 de maio de 1926:	Dá-se o golpe militar e o início do período do Estado Novo; durante este período verificou-se a implementação de algumas políticas culturais rudimentares;
Em 1933:	Dá-se a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) que foi transformado
Em 1944:	No Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI);
Em 1953:	Organizou-se a Feira Popular de Lisboa, sendo considerada a maior exposição desta altura governativa, há exceção da Exposição do Mundo Português que aconteceu no ano 1940;
Em 1968:	António Salazar abandona o cargo, entrando assim o país na Primavera Marcelista;
No início da década de 70:	Começa a assistir-se a uma cultura massiva e, portanto, Portugal tenta transformar o SNI numa organização direcionada para o turismo massivo ao mesmo tempo que todas as infraestruturas criadas anteriormente para dar apoio à cultura foram transferidas para a FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, que é a atual Fundação Inatel) e também para o Ministério da Educação;
A 25 de abril de 1974:	Dá-se um dos acontecimentos políticos mais marcantes da história de Portugal: a Revolução dos Cravos;
A partir deste momento Portugal:	Reescreveu a sua constituição, onde se dá destaque à fruição cultural bem como se instaura leis com vista para a proteção do património cultural, como consta no artigo 9.º da Constituição da República; Ao realizar a reescritura da Constituição da República instaurou-se também um dos principais direitos dos cidadãos ao dizer que “todos tem direito à educação e à cultura” (Portuguesa, 2019) pelo que entendemos que tem de ser o Estado a providenciar estes elementos;
Em 1986:	Portugal adere à então Comunidade Económica Europeia, atualmente designada como União Europeia;
Em 1991	Portugal insere-se noutros projetos, como a Europália;
Em 1994:	É realizada a “Lisboa Capital Europeia da Cultura”;
Em 1996:	O Partido Socialista criou o Ministério da Cultura, resultando na criação de equipamentos sociais, de forma a organizar o setor cultural e, posteriormente o território, com o objetivo de descentralizar os equipamentos culturais de Lisboa e Porto e alargando às outras regiões do país;
Em 1998:	Portugal realiza a EXPO98, que impulsionou fortemente a cultura portuguesa;
Em 2000:	Surge o Programa Operacional da Cultura, cujo objetivo centra-se em beneficiar os artistas, nomeadamente no “uso e acesso aos espaços culturais, a utilização das novas tecnologias, o alargamento e formação de públicos, o financiamento de projetos” (Silva, 2005, p. 92) sendo que foram concedidas várias bolsas com o intuito de promover e incentivar ao desenvolvimento de iniciativas por parte dos artistas” (Silva, 2005, p. 92);
Em 2001:	Dá-se o “Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura” que implicou um conjunto de obras promovendo e requalificando a cidade do Porto. Salienta-se ainda o acontecimento que marcou a criação de uma das mais importantes entidades reguladoras da Cultura, sendo esta a criação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), anteriormente designado como IPPAR- Instituto Português do Património Arquitetónico. Foi também neste ano que se criou a Lei 107/2001 que é a <i>Lei de Bases do Património Cultural</i> , que vem regulamentar a utilização e proteção do património cultural;
Em 2011	O Fado é incluído pela UNESCO como “um estilo musical popular único de Portugal, na lista dos exemplos excecionais de património imaterial a nível mundial” (Europeia, 2023);
Em 2012	Acontece: Guimarães Capital Europeia da Cultura;
Em 2022	Nomeação da cidade de Évora para Capital Europeia da Cultura 2027.

Tabela 4- Evolução das Políticas Culturais em Portugal (Costa, 2023, p. 12 e 13).

De acordo com Neves (2021), em Portugal a emergência do estudo das políticas culturais como uma área de investigação ocorreu na segunda metade da década de 1990, coincidindo com o estabelecimento do Observatório das Atividades Culturais (OAC) em 1995. Este marco foi marcado por uma orientação predominantemente ancorada na sociologia da cultura. Anteriormente, a análise sociológica concentrava-se principalmente nas políticas culturais locais, como evidenciado pelo volume “Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local” da Associação Portuguesa de Sociologia de 1994, o qual representa um repositório fundamental de conhecimento, especialmente dos capítulos de “José Madureira Pinto (1994) e Augusto Santos Silva (1994)” (Neves, 2021, p.6).

Segundo Ana Soares (2012), pode-se apontar como o principal acontecimento no âmbito cultural a instituição do Ministério da Cultura em 1995, tendo uma existência breve. Em termos gerais, houve uma diminuição gradual do investimento por parte do Estado no setor cultural, assim como os fundos disponibilizados para o financiar como à própria estrutura estratégica para a implementação e desenvolvimento do campo cultural. Como resultado, surge uma tendência para o estabelecimento de parcerias entre o governo central e os governos locais, avançando gradualmente para uma descentralização do poder e das responsabilidades públicas no domínio cultural.

Com esta descentralização pretende-se distribuir as responsabilidades do governo e a sua missão é “assegurar o acesso público aos recursos culturais, monitorar as atividades dos produtores culturais fundados pelo ministério da cultura e monitorar medidas de conservação do património” (Decreto-Lei 34/2007, em Gomes e Martinho, 2011: 3)
(Soares, 2012, p. 24).

Deste modo, foram estabelecidos nos regulamentos de política cultural que é incumbência do Estado apoiar e incentivar a promoção da criação artística, facilitando o acesso aos cidadãos, aliando-se ao setor privado como um parceiro essencial (Soares, 2012).

Em Portugal, a questão da intervenção pública na área da cultura ainda é relativamente recente, e a sua implementação – assim como a existência de políticas culturais públicas – é ainda extremamente questionada. Sob a necessidade de diferenciar o âmbito das políticas públicas de cultura e efetivas políticas culturais, questiona-se a

existência de uma política cultural autêntica em Portugal, ou seja, a forma como o poder político e toda a sua envolvente encara a cultura. De facto, é impossível falar desta hipotética autêntica política cultural, antes de “um uso instrumental de certas atividades, práticas e atores inseridos de forma diversa no campo cultural, práticas e atores inseridos de forma diversa no campo cultural (...)” (Albuquerque, 2011, p. 96).

Tal como Augusto Santos Silva (2003) afirma no estudo de Luísa Albuquerque (2011), toda esta questão da autenticidade, é facilmente resolvida através da formulação de uma simples pergunta, que coloca a questão da prioridade (da qual goza a política cultural), no conjunto das políticas desenvolvidas pelo governo:

quando a cultura é colocada nos últimos patamares da hierarquia das prioridades políticas, quando é a primeira sacrificada nos tempos de austeridade orçamental, quando a sua importância flutua ao sabor dos ciclos eleitorais (...) é certo e sabido que será muito difícil traçar uma política cultural com visão e consequência (Albuquerque, 2011, p. 96).

Pode-se afirmar que, a atual política cultural, em Portugal, é marcada por um carácter irregular e predominantemente avulso dos seus investimentos, que transparece falta de vontade por parte do Estado em apostar em diversos modelos de políticas culturais que favorecem o modelo cultural atual. Dado que a política cultural do país é o conjunto de ações planeadas com o objetivo de atingir um determinado fim, este surge da união de esforços para a articulação entre política cultural e a política educativa (Cruz, 2012).

De acordo com Santos (2007), não cabe ao Estado deter o papel como produtor de cultura que dita as regras e as normas, visto que este tem a função de criar e estimular o desenvolvimento de condições favoráveis para o surgimento de instituições e associações culturais, para que o mercado cultural possa aumentar, ampliando o seu potencial social e económico. Desta forma, diz respeito às autarquias, estabelecer ligações que facilitem a difusão da cultura, implementando políticas que promovam o mercado cultural de forma mais ampla.

As políticas culturais, que emanem das autarquias ou do poder central, devem promover uma cultura de responsabilidade solidária. Isso implica instigar a sociedade a estar envolvida ativamente no meio cultural e na preservação do património, integrando-se como um elemento essencial no tecido cultural e empresarial, envolvendo os seus envolventes (Santos, 2007).

No que diz respeito aos municípios, regra geral os recursos são escassos, tornando-se assim insuficientes para conseguirem resolver os problemas de qualidade e eficiência das diversas áreas culturais. É certo que existem diversos programas de financiamento promovidos pelo Estado português, muitos deles subsidiários da União Europeia. Contudo, nem sempre esses programas são devidamente considerados ou aproveitados pelos municípios (Santos, 2007).

A consideração da cultura como uma esfera de despesa excessiva tornou-se um conceito frequente em determinados setores políticos, principalmente entre os que tomam decisões. O receio de um investimento economicamente viável, de certa forma, causa apreensão em certos segmentos da indústria cultural. Tanto as entidades privadas como as públicas olham para a cultura como um custo, como se fosse um orçamento sem perspectiva de rendimento (Santos, 2007). A contribuição da cultura para o crescimento da economia, levou a que a sociedade, bem como os seus dirigentes detivessem um olhar próspero sobre a mesma, como forma de desenvolvimento económico, social e político.

A análise crítica e estudo aprofundado dos processos de implementação das políticas culturais revelaram uma complexa e diversificada gama de desafios. Por um lado, é observado que a maioria das políticas públicas no setor da cultura não fornece os dados quantitativos suficientes para permitir qualquer tipo de avaliações públicas acerca da sua efetiva implementação. Por outro lado, é certamente difícil determinar até que ponto dos objetivos específicos foram alcançados, avaliar a eficácia das medidas adotadas, e compreender o impacto dessas políticas na estrutura social e no processo de construção e reconstrução simbólica da sociedade (Sousa, 2013).

Portugal beneficia de programas e fundos comunitários, que serão abordados no capítulo seguinte, assim como da legislação advinda de tratados e convenções internacionais, com o propósito de promover a democratização cultural. Estes recursos externos fundamentam as políticas internas dedicadas à cultura. Por exemplo, a legislação cultura, impulsionada por entidades como a DGPC e a DGARTES, assume uma prioridade na proteção e preservação do património cultural.

1.4 Legislação das Políticas Culturais

No que diz respeito à legislação e decretos-lei que regulam o setor cultural em Portugal, destacam-se alguns exemplos, tais como a Lei nº13/85 que refere os elementos que pertencem aos bens materiais e imateriais do Património Cultural Português assim como decreta que é obrigação do Estado e de todas as entidades públicas promover a sua valorização e a sua salvaguarda. A Lei nº107/2001, exprime-se na Lei de Bases do Património Cultural uma vez que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural Português. Por sua vez, a Lei nº47/2004, intitulada Lei Quadro dos Museus Portugueses tem como finalidade estabelecer os princípios gerais da atividade museológica nacional ao mesmo tempo que pretende desenvolver a Rede Portuguesa de Museus; o Decreto-Lei nº138/2009 determinou a criação do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural bem como o Decreto-Lei nº139/2009 instituiu o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial como forma de desenvolver os princípios estabelecidos na Lei de Bases do Património Cultural. O Decreto-Lei nº115/2012 aprovou a criação da Direção-Geral do Património Cultural e o Decreto-Lei nº22/2019 atribuiu um maior número de competências ao nível da Cultura para os municípios portugueses.

Para além disso, os incentivos fiscais, tal como a lei de mecenato que será abordado posteriormente, que também são uma ferramenta crucial nas políticas culturais, proporcionando estímulos financeiros para atividades e projetos relacionados à cultura, como forma de promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor. Neste contexto, torna-se de certa forma imperativo, que o Governo atribua uma maior relevância à cultura e ao património, assegurando que as leis estejam atualizadas e completas, garantindo um maior suporte financeiro para as atividades culturais e uma melhor regulação das carreiras dos profissionais desta área.

As políticas culturais em Portugal refletem um compromisso governamental com a preservação, promoção e difusão do património cultural do país, assim como o apoio à diversidade e ao desenvolvimento das artes e expressões culturais. Uma das facetas principais dessas políticas é a alocação de recursos financeiros por meio de instituições como o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e a Direção-Geral das Artes (DGArtes), as quais desempenham papéis essenciais na distribuição de fundos e no apoio a projetos culturais em diversas áreas

incluindo artes cênicas, literatura, música e património cultural. O modelo de apoio às artes, por parte da DGArtes, foi o principal documento das políticas culturais, criado pelo Decreto-Lei n.º 103/2017 (2017) de 24 de agosto, segundo Oliveira & Pita (2021). “Os domínios de atividade contemplados incluem o fomento à criação, programação, circulação nacional, internacionalização, desenvolvimento de públicos, edição, investigação e formação na área cultural e artística” (Oliveira & Pita, 2021, p.97). No Modelo de Apoio às Artes, destaca-se a intenção de promover uma maior coordenação entre as diferentes esferas administrativas do Estado - central, regional e local. Salienta-se a procura pela democratização do acesso, pela coesão territorial e pela redução das disparidades, visando estabelecer redes, parcerias e otimizar recursos.

Em suma, a preservação e proteção do património cultural, abrangendo monumentos, vestígios arqueológicos, museus e outras instituições culturais, representam pilares fundamentais das políticas culturais em Portugal. Este empenho visa assegurar a continuidade e a valorização das heranças históricas e culturais do país. Para além disso, a promoção da cultura portuguesa, tanto a nível interno como internacional, constitui outro objetivo relevante das políticas culturais. Isto implica o apoio a festivais culturais, exposições, conferências culturais e outras iniciativas que visam evidenciar a diversidade e a riqueza da cultura nacional. Por fim, a digitalização e a acessibilidade cultural emergem como áreas de crescente interesse, demonstrando ser iniciativas voltadas para a disponibilização de recursos culturais *online*, como arquivos digitais, bibliotecas virtuais e exposições *online*, que refletem a adaptação às exigências contemporâneas por acesso à cultura através de meios digitais.

CAPÍTULO II – FONTES DE FINANCIAMENTO EM PORTUGAL

2 Financiamento da Cultura

Diante das frequentes críticas sobre a falta de apoio à Cultura, especialmente pela ausência da intervenção do Estado, o setor cultural em Portugal enfrenta desafios contínuos. A situação foi exemplificada durante a pandemia, quando cerca de 57% de 1.201 pessoas consideraram o apoio do Estado insuficiente (Observador, 2020). Esse cenário destaca as dificuldades em lidar com diversas formas de poder e a necessidade de valorização cultural no país. O financiamento da cultura em Portugal ocorre de várias formas distintas: através de entidades públicas, de entidades privadas, dos fundos europeus, entre outros. De acordo com Sónia Pedro (2016), os tipos de financiamento podem ser agrupados em cinco categorias principais: financiamento público nacional, financiamento privado nacional, financiamento público da União Europeia, financiamento público internacional e financiamento privado internacional, que serão explorados posteriormente.

O financiamento da cultura pelo setor público pode ocorrer de duas formas, uma direta e outra indireta. No primeiro caso, o apoio é concedido através de subsídios, subvenções monetárias, prémios e outras fontes de financiamento distribuídas pelo Estado. Na modalidade indireta, este apoio é viabilizado por meio de incentivos fiscais ou isenções, destinados a beneficiários que atuem no âmbito cultural. Na ausência de financiamento público, o setor cultural tende a recorrer predominantemente ao financiamento privado (Soares, 2012).

O financiamento privado da cultura pode assumir diversas formas, como doações, patronato, mecenato, voluntariado e patrocínio. Uma análise preliminar revela que as doações consistem em contribuições espontâneas, sem expectativa de retorno, feitas por indivíduos ou entidades a uma instituição cultural, seja em espécie ou em valor monetário. Por sua vez, o voluntariado implica a realização de atividades em prol do interesse público, sem remuneração pelo serviço prestado. É comum haver confusão entre os termos patrocínio e mecenato. No entanto, o primeiro tem uma conotação mais comercial, enquanto o segundo está associado a motivos sociais ou culturais, muitas vezes requerendo menos visibilidade por parte do mecenas. No patrocínio, ao contrário, é esperada uma ampla exposição do patrocinador no projeto (Soares, 2012).

Segundo Sónia Pedro (2016), no artigo “Políticas Culturais e Financiamento da Cultura em Portugal”, o Financiamento Público Nacional, centra-se no “Ministério da

Cultura, Instituto Camões, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Português do Desporto e da Juventude; Alto Comissariado para as Migrações, Turismo de Portugal, Agência para a Competitividade e a Inovação (IAPMEI), Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, Administração Local”; o Financiamento Privado Nacional rege-se pelo “Crowdfunding, Patrocínios, Mecenato, Crédito e capital de risco, mas também outros apoios (Fundação INATEL, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação GDA, Centro Nacional de Cultura, Fundação Luso-Americana, etc)”; o Financiamento Público da União Europeia deve-se a Programas de Cooperação Territorial, ao Europa Criativa, Portugal 2020, etc.; o Financiamento Público Internacional pela Unesco e representações culturais e diplomáticas; e o Financiamento Privado Internacional pela Fundação Cultural Europeia.

2.1 Financiamento Público Nacional

Uma das principais fontes de financiamento para as atividades culturais em Portugal provém do setor público, com destaque para o Estado Português. O Orçamento de Estado, um documento vital na regência financeira do país, é renovado anualmente e desempenha um papel central nesse processo. Conforme definido pela página oficial do parlamento português², o Orçamento de Estado é um instrumento de gestão que estabelece uma projeção detalhada das receitas e despesas do Estado, delineando as diretrizes para a governação do país. Dessa forma, o Orçamento de Estado desempenha três funções primordiais: funções económicas, políticas e jurídicas.

No que tange às funções económicas, o Orçamento de Estado visa possibilitar uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e garantir que o Governo esteja alinhado com a política económica global do Estado. As funções políticas garantem a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos e asseguram o equilíbrio e a separação dos poderes. Já as funções jurídicas regulam o funcionamento e a organização da Administração Pública, bem como o relacionamento entre a Administração Pública e os cidadãos. Além dessas funções, o Orçamento de Estado apresenta informações cruciais, tais como o valor

² Em <https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/oe-sobre.aspx>, consultado a 4/03/2024.

do défice, a dívida pública, o Produto Interno Bruto (PIB), o ajustamento estrutural e a taxa de desemprego.

Por meio dessas disposições, o Orçamento de Estado não apenas delinea as políticas e prioridades financeiras do governo, mas também fornece um quadro abrangente para o acompanhamento e avaliação do desempenho económico e social do país. Assim, a sua elaboração e implementação tem implicações significativas não apenas no campo da economia, mas também na esfera política e jurídica, refletindo diretamente na qualidade de vida e no bem-estar dos cidadãos portugueses.

Anualmente, o Estado reserva uma determinada quantia, correspondente a uma percentagem do orçamento geral, para o financiamento das atividades culturais. Apesar de a Cultura representar apenas uma fração relativamente pequena do Orçamento do Estado, sua importância é indiscutível, sendo fundamental um investimento significativo neste setor, não apenas por parte do Estado, mas também dos municípios. Embora a Cultura receba uma parcela menor de investimento em comparação com outros setores, é importante destacar que ela possui um potencial significativo de retorno financeiro e prestígio para o nosso país.

Apesar desta se constituir como um dos setores que detém um menor investimento, também é um dos que gera mais lucro e reconhecimento ao nosso país: “Se há setor que tem ocupado um papel menor nas políticas de desenvolvimento local em Portugal, esse setor é o da cultura. Basta analisar os orçamentos e planos de atividades das autarquias locais para perceber que é ainda muito reduzido o papel que lhe é atribuído” (Santos, 2013, p. 63).

Uma das promessas estabelecidas pelo Governo liderado por António Costa, juntamente com o ministro responsável pela área da cultura, Pedro Adão e Silva, foi a

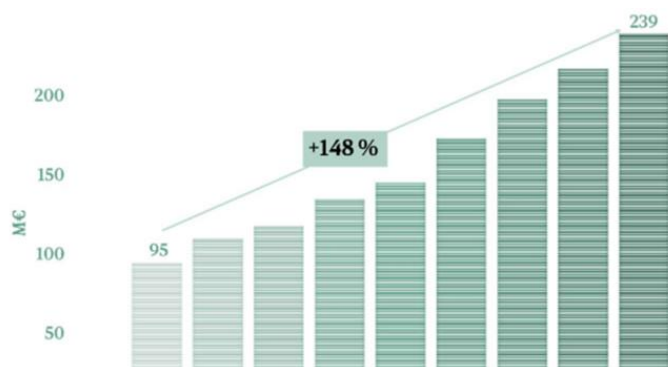


Figura 1- Receita de impostos - área da cultura OE 2015- OE 2024. (Parlamento, 2024, p. 3).

garantia de que a cultura receberia uma alocação correspondente a 2,5% da despesa discricionária do Estado até ao final do mandato legislativo. Neste mesmo ano, observou-se um avanço em direção a essa meta, com uma proporção alcançada de 2,1% (em comparação com os 2% registados no Orçamento do Estado de 2023).

De acordo com a figura 1, desde 2015 existiu um aumento de 148%, no orçamento de receita de impostos relativamente à Cultura, ou seja, estes impostos podem incluir, por exemplo, taxas sobre a venda de ingressos para eventos culturais, impostos sobre o consumo de produtos culturais, como livros, música e filmes, e outros tipos de taxas específicas relacionadas à cultura. Esta receita é geralmente utilizada para financiar atividades culturais, como a manutenção de espaços culturais, a produção de eventos artísticos, a preservação do património cultural e o apoio a artistas e projetos culturais.

Ao longo dos anos, tem havido um contínuo reforço do investimento na cultura em Portugal. Este aumento de investimento tem implicações significativas, posicionando a cultura como um elemento crucial na identificação nacional e, por conseguinte, no desenvolvimento e enriquecimento da sociedade portuguesa.

Um exemplo concreto que ilustra a evolução do apoio a este setor é a proposta do Orçamento de Estado para 2024³. É importante destacar que neste orçamento estão delineadas algumas medidas de ação que abrangem os diversos setores que compõem a área cultural. Essas medidas visam ampliar a visão e o impacto da cultura, abarcando desde as seguintes abaixo apresentadas.

Iniciar a atividade da Museus e Monumentos de Portugal, marca o início de uma nova fase na gestão do património cultural do país. Esta entidade surge com o propósito de fortalecer a oferta cultural, intensificar o foco nos públicos e no território, e promover a inovação no setor. Nesse contexto, surgem desafios relevantes que demandam ações estratégicas e uma abordagem proativa.

Um dos principais objetivos da Museus e Monumentos de Portugal, EPE, é promover a autonomia e eficiência operacional das instituições culturais sob a sua alçada. Isso implica implementar mecanismos que permitam uma gestão mais ágil e adaptativa, capaz de responder de forma eficaz às necessidades e demandas do setor cultural. Além disso, a flexibilidade operacional é fundamental para estimular a inovação e a

³ Em <https://oe2024.gov.pt/>, consultado a 02/02/2024.

criatividade, incentivando a experimentação de novas abordagens e práticas na gestão e promoção do património cultural.

No que diz respeito à oferta cultural, a Museus e Monumentos de Portugal, assume o compromisso de diversificar e enriquecer as experiências culturais disponíveis para o público. Isso inclui não só a preservação e promoção dos museus e monumentos existentes, mas também o desenvolvimento de novas iniciativas e projetos que explorem e valorizem o património cultural de Portugal. Nesse sentido, é fundamental estabelecer parcerias e colaborações com diferentes agentes culturais e institucionais, visando potenciar sinergias e maximizar o impacto das ações desenvolvidas.

A atenção reforçada aos públicos e ao território é outro elemento central da atuação da Museus e Monumentos de Portugal. Isso implica adotar uma abordagem inclusiva e participativa, que envolva ativamente as comunidades locais e os diversos segmentos da sociedade na fruição e valorização do património cultural. Além disso, é necessário desenvolver estratégias específicas para alcançar públicos mais diversificados e promover uma maior acessibilidade e inclusão no acesso à cultura.

A **criação do Museu de Arte Contemporânea (MAC/CCB)** pela Fundação Centro Cultural de Belém (CCB) marca um avanço importante na cultura de Portugal, com 11,55M€ para o financiamento. Este museu, sob gestão direta do CCB, tem como objetivo integrar e potenciar os espaços de exposição do Centro Cultural de Belém, oferecendo uma programação diversificada e atrativa para a comunidade local e nacional.

O MAC/CCB será um espaço dedicado à apresentação de obras de arte contemporânea, promovendo o diálogo intercultural e a reflexão sobre questões atuais. Ao abrir-se à cidade e ao país, o museu reforça o compromisso do CCB com a democratização do acesso à cultura e enriquecimento do panorama cultural português.

A estratégia de **consolidar os apoios nas redes culturais** não visa apenas mitigar as disparidades regionais no acesso à cultura, mas também pretende fortalecer a coesão e a identidade cultural em todo o país. Ao concentrar esforços nas redes culturais existentes, como a Rede de Teatros e Cíneteatros Portugueses (RTCP), a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC) e a Rede Portuguesa de Museus (RPM), pretende-se promover uma distribuição mais equitativa e eficiente dos recursos culturais, estando previstos 10M€ para o financiamento global das Redes Culturais.

Esses apoios não se limitam apenas a um aumento quantitativo da oferta cultural, mas também visam aprimorar a qualidade e a diversidade das atividades culturais disponíveis em diferentes regiões do país. Por exemplo, podem incluir programas de capacitação e formação para profissionais da cultura, iniciativas de intercâmbio e colaboração entre instituições culturais, bem como a implementação de estratégias de marketing e divulgação para atrair públicos mais amplos e diversificados.

Além disso, ao fortalecer as redes culturais, o objetivo é criar parcerias que permitam uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, evitando duplicações e maximizando o impacto das intervenções culturais. Isso contribui para uma gestão mais sustentável e eficaz dos equipamentos culturais, garantindo que estes possam continuar a desempenhar um papel vital na promoção da cultura e das artes em todo o país. A consolidação dos apoios nas redes culturais representa um compromisso renovado com a democratização do acesso à cultura e com a valorização do património cultural português em todas as suas manifestações. Ao investir nas redes culturais, o objetivo é criar condições para que a cultura seja verdadeiramente acessível e relevante para todos os cidadãos, independentemente da sua localização geográfica ou condição socioeconómica.

Por fim, a **isenção de IVA para o bilhete de acompanhante de pessoa com deficiência** é uma medida que reflete o compromisso em eliminar barreiras e promover a participação plena na vida cultural. Ao tornar os bilhetes de acompanhante isentos de impostos, esta iniciativa não apenas reconhece a importância do apoio necessário às pessoas com deficiência, mas também demonstra um esforço tangível para garantir que a cultura seja acessível a todos. Além disso, ao abranger uma variedade de espaços culturais, desde museus e monumentos a cinemas e espetáculos, essa medida destaca a importância da diversidade cultural e da inclusão em todos os aspetos da sociedade.

O Ministério da Cultura de Portugal é outra fonte de financiamento, sendo o órgão do governo português responsável por formular e implementar políticas culturais no país. A sua missão é promover e preservar a cultura portuguesa nas diversas manifestações, incluindo artes plásticas, música, literatura, património histórico, cinema, teatro, entre outros. O ministério desempenha um papel fundamental na promoção do acesso à cultura, no apoio à produção cultural e artística, na preservação do património cultural e na promoção da diversidade cultural em Portugal. Alguns exemplos de organismos deste são a DGPC que é responsável pela gestão do património cultural de Portugal e a DGLAB

que assegura a coordenação do sistema nacional de arquivos, bem como a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura⁴.

A DGArtes, como já referido, é um organismo cuja missão é “a coordenação e execução das políticas de apoio às artes em Portugal, com a prioridade de promover e qualificar a criação artística, bem como garantir a universalidade da sua fruição” (Cultura Portugal). De acordo com uma notícia do Público a “DGArtes com 2,4 milhões de euros para orquestras regionais em 2024 e 2025”⁵, esta tem 1,9 milhões de euros para as orquestras regionais este ano e 495 mil euros para 2025, segundo uma portaria que tem dois meses entre a assinatura da tutela da Cultura e a das Finanças.

As Câmaras Municipais também contribuem significativamente para os investimentos na cultura. De acordo com o relatório “Estatísticas da Cultura - 2022”, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, as despesas das Câmaras Municipais com atividades culturais e criativas ascenderam a 582,0 milhões de euros, “mais 18,4% do que no ano anterior” (INE, 2023, p. 218). Segundo Oliveira & Pita (2021) os apoios locais constituem 60% dos apoios necessários à realização das atividades culturais, o que também permite a continuidade das ações a longo termo. Estes apoios podem tomar forma de agilização de procedimento, cedências de espaços para trabalho regular, e até mesmo de sustentação de estruturas na previsão de atrasos e falhas de apoios diretos centrais.

O Fundo de Fomento Cultural⁶ (FFC) é um fundo autónomo criado em 1973, estando, atualmente, regido pelo Decreto-Lei n.º 102/80, de 9 de maio, com modificações introduzidas posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 114/87, de 13 de março. Este fundo desempenha diversas funções, incluindo o fornecimento de apoio financeiro para atividades que promovem e difundem a cultura, a concessão de subsídios para a proteção, conservação e valorização do património cultural, o financiamento de eventos culturais e a divulgação de programas e realizações artísticas. Além disso, o FFC também financia estudos e investigações culturais e concede subsídios e bolsas para outras iniciativas culturais. A gestão administrativa e financeira deste é realizada pelo GEPAC, enquanto a gestão financeira do fundo é conduzida de acordo com as disposições legais aplicáveis

⁴Informação retirada de <https://eportugal.gov.pt/entidades/direcao-geral-do-livro-dos-arquivos-e-das-bibliotecas>, consultada a 04/02/2024.

⁵Informação retirada de <https://www.publico.pt/2024/02/12/culturaipilon/noticia/dgarter-24-milhoes-euros-orquestras-regionais-2024-2025-2080126>, consultada a 3/03/2024.

⁶ Em <https://www.gepac.gov.pt/fundo-fomento>, consultado a 04/02/2024.

aos Serviços e Fundos Autónomos, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.

O Instituto Camões⁷ emprega uma variedade de abordagens e modalidades de financiamento em suas atividades. O seu objetivo principal é melhorar a eficácia e o impacto das intervenções, de forma a aumentar a previsibilidade dos recursos disponíveis e racionalizar a sua alocação. Para isso, aprimora os processos de planeamento, execução, acompanhamento e avaliação das operações, além de procurar a complementaridade entre diferentes formas de assistência. Os tipos de assistência oferecidos incluem intervenções em projetos específicos, contribuições para programas e fundos comuns, apoio orçamental, fundos setoriais, bolsas de estudo e a contratação de especialistas e assistência técnica. O financiamento destas intervenções é realizado através do Orçamento de Estado, incluindo recursos do Camões, I.P., ministérios setoriais e administração local, além de fundos privados.

Como já referido, existem outras fontes de financiamento tais como: o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o Instituto Português do Desporto e da Juventude, o Alto-Comissário para as migrações, o Turismo de Portugal, a Agência para a Competitividade e a Inovação (IAPMEI), a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, Administração Local; Governos Regionais dos Açores e da Madeira, entre outros que apoiam a cultura de forma direta e monetária.

No que diz respeito ao método indireto de financiar a cultura, temos como exemplo o estatuto de utilidade pública, prevista na Lei n.º 36/2021 permite a obtenção de financiamento através do mecenato. “Pessoas singulares e coletivas que contribuam com verbas e bens para estas instituições podem descontar esses valores em sede de IRS e IRC, conforme estabelecido no Estatuto dos Benefícios Fiscais”⁸.

Os benefícios fiscais são outro exemplo, como o mecenato cultural, que é caracterizado por generosas doações de indivíduos e empresas a entidades dedicadas às artes e cultura, com o respaldo do Estado através de privilégios fiscais aos mecenas. Estes desempenham um papel essencial na promoção da cultura e na coesão social das comunidades. Para os projetos culturais, o mecenato proporciona diversificação de

⁷Em <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/financiamos>, consultado a 06/02/2024.

⁸ Informação retirada de <https://www.dgartes.gov.pt/pt/utilidade>, consultada a 08/02/2024.

financiamento, garantindo a sustentabilidade e ampliação do alcance junto aos novos públicos⁹.

2.2 Financiamento Privado Nacional

A disponibilização de recursos financeiros para o setor cultural é abordada e analisada como um conjunto articulado de estratégias, ações, planeamentos e instrumentos económicos concebidos para dotar as organizações e instituições culturais dos meios financeiros necessários à concretização dos seus objetivos artísticos e culturais. Para além disso, este financiamento visa facilitar a realização de uma multiplicidade de atividades culturais, apoiar projetos em curso e, simultaneamente, assegurar a continuidade e estabilidade destas entidades. Neste contexto, todas as formas de financiamento, quer de origem pública ou privada, são encaradas como uma fonte crucial para promover a diversidade cultural e preservar a liberdade criativa no âmbito das artes.

No que diz respeito ao financiamento privado nacional, este pode ser realizado de diversas formas. O *crowdfunding* é um método de financiar um projeto ou uma organização através da angariação de contribuições monetárias de um grupo de pessoas. É certo que milhares de pessoas e organizações em toda a Europa têm conseguido financiamento através de plataformas de crowdfunding, incluindo projetos culturais¹⁰. Considerando-se assim as doações também como financiamento privado nacional.

O mecenato, anteriormente apresentado, é outro financiamento assumindo diversas formas no país, incluindo intervenção ou reestruturação do património público, promoção de eventos culturais, e investimento em instituições culturais como museus e bibliotecas. Este encontra-se contraposto ao patrocínio que surge com um propósito comercial, já que o mecenato vai mais além do económico, como por exemplo o propósito cultural.

O patrocínio pode ser entendido como uma relação comercial entre duas entidades, envolvendo a troca de serviços, onde a marca patrocinadora realiza um investimento que pode ser financeiro ou em produtos, e a entidade patrocinada oferece

⁹Informação retirada de <https://www.gepac.gov.pt/apoios-e-incentivos/mecenato-cultural>, consultada a 09/02/2024.

¹⁰Informação retirada de <http://crowdfunding4culture.creativehubs.net/>, consultada a 10/02/2024.

visibilidade como contrapartida. Caracterizado pela expectativa de retorno ou benefício, muitas vezes em forma de publicidade, enquanto o mecenato é a doação de forma voluntária e desinteressada, sem esperar qualquer retorno. Pode manifestar-se de cinco formas distintas¹¹ como são o *Naming Rights* (Direito de Nomenclatura) onde a entidade patrocinada oferece visibilidade à entidade patrocinadora em troca de produtos ou serviços por isso esta visibilidade excuta-se, a título de exemplo, através de publicidade; o *Sponsor* (Patrocínio) em que um determinado evento é totalmente patrocinado por uma empresa o que faz com que a mesma detenha total visibilidade; o *Co-sponsor* (Copatrocinador) que consiste na partilha de visibilidade de várias empresas patrocinadoras de um determinado evento; o *Media Sponsor* (Patrocínio de Media) que é executado pelos meios de comunicação social e, por último, o *Support* (Apoio/ Suporte) que se processa através da prestação de diversos apoios à entidade patrocinada.

Em conformidade com a Fundação INATEL¹², esta encontra-se na génese do Turismo Social em Portugal. Tem como principal objetivo proporcionar as melhores condições para o lazer e ocupação do tempo livre dos trabalhadores, tanto ativos quanto reformados. Tem como base a promoção do turismo social, na criação e fruição cultural, na prática de atividades físicas e desportivas, além de promover a inclusão e solidariedade social. Detendo uma presença vasta no território continental e nas ilhas, possui estruturas para desenvolver programas que visam promover a inclusão social e a solidariedade, bem como dinamizar a cultura popular e o desporto amador.

Outro apoio provém da Fundação Calouste Gulbenkian¹³, uma fundação de alcance internacional, sediada em Portugal, dedica-se ao avanço de pessoas e organizações através da arte, ciência, educação e filantropia, visando uma sociedade mais justa e sustentável. A instituição prioriza o acesso à cultura e reconhece o potencial transformador da arte no desenvolvimento individual e coletivo. Comprometida em reduzir disparidades no acesso à educação e nos cuidados prestados aos mais vulneráveis, a fundação promove a produção de conhecimento, pesquisa científica e a participação cívica na construção de comunidades sustentáveis. Com recursos financeiros,

¹¹Informação retirada de <https://blog.e-inscricao.com/conheca-os-tipos-de-patrocinio-em-eventos-e-como-eles-podem-ser-executados/>, consultada a 11/02/2024.

¹²Em [https://www.inatel.pt/Fundacao/INATEL-\(2\)/Fundacao/Historia/Do-INATEL-a-Fundacao-INATEL/Do-INATEL-a-Fundacao-INATEL/A-passage-a-Fundacao-INATEL.aspx](https://www.inatel.pt/Fundacao/INATEL-(2)/Fundacao/Historia/Do-INATEL-a-Fundacao-INATEL/Do-INATEL-a-Fundacao-INATEL/A-passage-a-Fundacao-INATEL.aspx), consultado a 14/02/2024.

¹³Em <https://gulbenkian.pt/fundacao/a-fundacao/>, consultado a 16/04/2024.

operacionais e uma sólida reputação, a fundação tem a capacidade de mobilização, independência e flexibilidade para inovar e investir em iniciativas de longo prazo.

A Fundação GDA¹⁴, conhecida como Gestão dos Direitos dos Artistas, é uma cooperativa sem fins lucrativos criada por e para artistas, visando a gestão coletiva dos Direitos Conexos ao Direito de Autor dos Artistas. Além da gestão de direitos, a GDA apoia os artistas e o desenvolvimento de suas carreiras através de fundos de ação social e cultural.

O Centro Nacional da Cultura¹⁵, fundado em 1945, durante o período do Salazarismo, é uma associação cultural que se destaca como um espaço de encontro e diálogo entre diferentes correntes políticas e ideológicas, defendendo uma cultura livre e multidisciplinar. Encontra-se a promover uma visão de cultura sem fronteiras, tanto disciplinares como geográficas. O seu propósito é servir como uma ponte entre grupos que geralmente não se conectam: jovens e idosos, artistas e empresários, setor público e privado. Uma parte substancial da sua missão concentra-se na preservação do património cultural português, na divulgação do papel da cultura nacional a nível global e no aprofundamento das suas interações com outras culturas. Esta tarefa é realizada através de exposições, publicações, programas de formação, viagens culturais de estudo e colóquios. Além disso, promove cursos livres em diversas áreas e presta serviços culturais a associações, empresas, autoridades locais e organismos públicos.

Como última fonte de financiamento deste tipo, de acordo com Sónia Pedro (2016), a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento¹⁶ (FLAD), tem como missão central promover o desenvolvimento de Portugal através da cooperação bilateral com os Estados Unidos da América. Concentra os seus esforços em quatro áreas fundamentais: Ciência e Tecnologia, Educação, Arte e Cultura, e Relações Transatlânticas. Dentro destas áreas de atuação, a FLAD procura fomentar o potencial científico, académico e artístico português, fortalecer as comunidades luso-americanas e facilitar a interação entre pessoas e instituições nos dois lados do Atlântico. Reconhece o papel crucial da cultura e arte na construção da identidade e na ligação das comunidades

¹⁴ Em <https://www.gda.pt/gda/quem-somos/>, consultado a 16/02/2024.

¹⁵ Em <https://www.e-cultura.pt/promotor/252>, consultado a 18/02/2024.

¹⁶ Em <https://www.flad.pt/>, consultado a 20/02/2024.

luso-descendentes, desempenhando um papel fundamental na promoção da cultura e arte portuguesas, tanto a nível nacional como internacional¹⁷.

2.3 Financiamento Público da União Europeia

O financiamento público para a cultura é uma área de crescente importância no contexto da União Europeia (UE). Com o objetivo de promover a diversidade cultural, o intercâmbio cultural e o acesso à cultura, a UE tem desempenhado um papel significativo ao disponibilizar recursos financeiros para projetos culturais em toda a Europa. Este financiamento não apenas apoia a produção e difusão de obras culturais, mas também contribui para o fortalecimento da identidade cultural europeia e para a coesão social.

Entre os diversos programas de financiamento da UE destinados à cultura, destacam-se os programas de cooperação territorial. Estes programas têm como objetivo promover a colaboração entre diferentes regiões da União Europeia, visando o desenvolvimento conjunto de projetos culturais que explorem e fortaleçam os laços culturais e criativos entre os Estados-Membros.

Além disso, programas de cooperação territorial como, por exemplo, o Programa INTERREG IV C¹⁸, o Programa INTERREG POCTEP e o Programa INTERREG SUDOE que promovem a eficiência da política regional da cooperação transnacional, criando redes e trocando experiências regionais, em toda a União Europeia. Estando o primeiro estruturado em duas prioridades, como a inovação e economia do conhecimento; e o ambiente e prevenção de riscos. Para além disso, o programa inclui dois tipos de projetos: iniciativa regional e capitalização. Nos projetos de iniciativa regional, os parceiros colaboram em diferentes níveis de cooperação, desde a formação de redes até o desenvolvimento de políticas. Nos projetos de capitalização, os parceiros identificam e transferem boas práticas para programas comunitários dos fundos estruturais, visando otimizar a aplicação desses fundos nas regiões europeias.

¹⁷ Informação retirada de <https://www.flad.pt/arte-e-cultura/>, consultada a 01/03/2024.

¹⁸ Em <https://www.ccdrc.pt/pt/areas-de-atuacao/desenvolvimento-regional/cooperacao-territorial/programas-de-cooperacao-territorial/interreg-iv-c/>, consultado a 02/03/2024.

O Programa INTERREG POCTEP, também está interligado ao anterior, só que este encontra-se direcionado para a promoção de projetos de cooperação entre Espanha e Portugal.

O Programa INTERREG SUDOE¹⁹ fomenta a cooperação transnacional para abordar desafios comuns neste território, tais como o reduzido investimento em investigação e desenvolvimento, a escassa competitividade das pequenas e médias empresas, bem como a exposição às alterações climáticas e aos riscos ambientais. Os projetos que são aprovados por este programa tratam um dos cinco eixos prioritários em que a cooperação transnacional tem um maior impacto no sudoeste da Europa, tais como, “Investigação e inovação; Competitividade das PME” (pequenas ou médias empresas); “Economia de baixo teor de carbono; Luta contra a alteração climática; e Meio ambiente e eficiência de recursos.”

O Portugal 2020

trata-se do ACORDO DE PARCERIA adotado entre Portugal e a Comissão, que reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas – no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020 ²⁰ .

Representou um marco estratégico ambicioso para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal, delineando um conjunto de objetivos e prioridades para impulsionar o crescimento e a competitividade do país até ao ano de 2020. Com um apoio significativo de 25 mil milhões de euros de fundos da União Europeia, este programa visava recuperar e fortalecer a trajetória de crescimento económico e criação de emprego qualificado, sendo operacionalizado através de 16 programas.

¹⁹ Em <https://www.interreg-sudoe.eu/prt/programa/sobre-interreg-sudoe>, consultado a 5/03/2024.

²⁰ Informação retirada de <https://portugal2020.pt/portugal-2020/o-que-e-o-portugal-2020/>, consultada a 10/03/2024.

Nos tempos que correm está em vigor o Portugal 2030²¹, que em semelhança ao anterior é um acordo de parceria entre os cinco fundos europeus, mas com um apoio ligeiramente inferior, com cerca de 23 milhões de euros dos fundos europeus para investir em projetos que estimulem e desenvolvam a economia portuguesa, entre 2021 e 2027. Este vai apoiar projetos que tenham como objetivo um Portugal mais inteligente, mais verde, mais conectado, mais social, mais próxima dos cidadãos, e mais transição para uma economia sustentável e neutra.

Para além disso, o Portugal 2030 está implementado em 12 programas:

quatro de âmbito temático – Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à Inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à Ação climática e sustentabilidade e Mar 2030; cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente – Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030; dois das Regiões Autónomas – Açores 2030 e Madeira 2030; e o PAT 2030 – Programa de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa²².

O Europa Criativa²³ é o Programa da União Europeia de apoio exclusivo aos sectores culturais e criativos. O novo Europa Criativa 2021-2027 é construído sobre os alicerces estabelecidos pelo seu antecessor (2014-2020). Este programa representa um compromisso renovado em preservar, fomentar e celebrar a riqueza do património cultural e da diversidade linguística europeia, enquanto impulsiona a competitividade e o potencial económico desses setores, com destaque especial para o setor audiovisual.

O Europa Criativa define duas metas principais:

Salvaguardar, desenvolver e promover o património e a diversidade cultural e linguística da Europa;

²¹ Em <https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-portugal-2030-em-3-minutos/>, consultado a 10/03/2024.

²² Informação retirada de <https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-que-e-o-portugal-2030/>, consultada a 10/03/2024.

²³ Em <https://www.europacriativa.eu/>, consultado a 12/03/2024.

*Aumentar a competitividade e o potencial económico dos sectores culturais e criativos, em especial do sector audiovisual*²⁴.

Para atingir essas metas, o Europa Criativa estabelece uma série de objetivos específicos. Em primeiro lugar, pretende fortalecer a cooperação artística e cultural em toda a Europa, facilitando a colaboração entre artistas, profissionais e organizações do setor. Além disso, o programa visa apoiar a criação de obras europeias, promovendo a produção cultural e incentivando a diversidade de expressões criativas. Outro objetivo importante é o fortalecimento da dimensão económica, social e externa dos setores culturais e criativos. Isto envolve o desenvolvimento de estratégias para aumentar a sustentabilidade financeira e o alcance global desses setores. Ao mesmo tempo, o Europa Criativa fomenta a inovação e a mobilidade, estimulando a adoção de novas práticas e tecnologias e facilitando a circulação de artistas e profissionais culturais pela Europa. Para além disso, o programa promove a cooperação em áreas cruciais, como inovação, sustentabilidade e competitividade, e enfatiza a importância de ações transversais, inovadoras e colaborativas. Por meio dessas iniciativas, o Europa Criativa promove um ambiente mediático diversificado, independente e pluralista, promovendo a liberdade de expressão artística, o diálogo intercultural e a inclusão social²⁵.

O Programa Europa Criativa 2021-2027, sendo uma força vital para o apoio aos setores cultural e criativo, compreende três Vertentes distintas que delineiam a sua abrangência e foco estratégico. A Vertente CULTURA, abarcando uma multiplicidade de áreas culturais e de criação, exceto os domínios audiovisual e cinematográfico, representa um pilar essencial para a promoção e preservação da diversidade cultural europeia. Em paralelo, a Vertente MEDIA concentra-se nos setores audiovisual e cinematográfico, reconhecendo a importância destes na criação e disseminação de conteúdos de relevância cultural e artística. Por fim, a Vertente TRANSECTORIAL, promovendo a interligação entre os setores criativos, engloba também o setor dos meios de comunicação social, fortalecendo assim a sinergia entre diferentes campos de expressão criativa.

O orçamento total atribuído ao programa para o período 2021-2027 ascende a 2,44 mil milhões de euros, sendo distribuído de forma equitativa entre as diversas Vertentes,

²⁴ Informação retirada de <https://www.europacriativa.eu/europa-criativa-2021-2027/o-programa-europa-criativa/sobre-o-programa-europa-criativa>, consultada a 12/03/2024.

²⁵ Em <https://www.europacriativa.eu/europa-criativa-2021-2027/o-programa-europa-criativa/sobre-o-programa-europa-criativa>, consultado a 12/03/2024.

refletindo assim a importância atribuída a cada uma delas. Com uma alocação de 33% do orçamento, a Vertente CULTURA demonstra o compromisso da União Europeia em fomentar e valorizar a diversidade cultural e artística do continente. Por sua vez, a Vertente MEDIA recebe a maior fatia do orçamento, com 58%, evidenciando o reconhecimento da relevância estratégica do setor audiovisual e cinematográfico para a promoção da cultura europeia. Finalmente, a Vertente TRANSECTORIAL, embora represente uma parcela menor do orçamento, com 9%, desempenha um papel crucial ao incentivar a colaboração e a convergência entre os diferentes domínios criativos e os meios de comunicação social.

Uma das principais inovações no âmbito orçamental deste reside no substancial aumento do financiamento disponível, atingindo os 2,44 mil milhões de euros. Este incremento é significativo, representando um aumento de cerca de 50% em comparação com o programa anterior (Europa Criativa 2014-2020), que detinha um orçamento de 1,46 mil milhões de euros. Tal aumento do financiamento reflete o reconhecimento crescente do papel vital desempenhado pelos setores cultural e criativo na construção de uma Europa dinâmica, diversificada e culturalmente rica.

Estes diversos programas, juntamente com outros tantos, têm sido instrumentais na promoção da colaboração cultural e artística entre regiões fronteiriças, incentivando a partilha de conhecimentos, recursos e boas práticas.

2.4 Financiamento Público Internacional

O Financiamento Público Internacional da cultura desempenha um papel crucial na promoção e preservação da diversidade cultural, no estímulo à inovação e na sustentabilidade das iniciativas culturais em todo o mundo.

Um exemplo deste tipo é a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) sediada em Paris e fundada em 16 de novembro de 1945, que tem como missão primordial contribuir para a promoção da paz e segurança global através de iniciativas nos campos da educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicações/informação²⁶.

²⁶ Informação retirada de <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>, consultada a 15/03/2024.

Um dos seus objetivos é promover a paz global através da educação, ciência, cultura e comunicação. Esta promove a preservação do património cultural e natural, além de coordenar esforços em 112 países para proteger os patrimónios históricos da humanidade. A organização direciona sua atenção principalmente para duas prioridades globais: a redução da taxa de analfabetismo e a promoção da igualdade de género. Para além disso, concentra-se, em particular, em duas prioridades globais: a diminuição da taxa de analfabetismo e a igualdade de género. Outras prioridades da UNESCO incluem a procura da qualidade da educação para todos e da educação contínua, enfrentando novos desafios éticos e sociais, promovendo a diversidade cultural, e construindo sociedades de conhecimento inclusivo através da informação e comunicação.

As representações culturais e diplomáticas são instituições estabelecidas pelos governos para promover e proteger os interesses culturais, políticos e económicos de um país no exterior. Estas incluem institutos culturais, centros culturais e outras entidades que promovem a cultura de um país no estrangeiro. “Diplomacia cultural é, de maneira geral, a atuação dos países no âmbito das relações internacionais por meio de ações simbólicas as quais têm sido utilizadas com objetivos os mais diversos” (Novais, 2020 p.59).

Uma referência destas representações é o *Institut Français*, uma instituição pública francesa criada em 1907 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, que tem como objetivo principal promover as culturas francesa, francófona e locais em todo o mundo²⁷. Este promove a cultura francesa no exterior através de intercâmbios artísticos, abrangendo artes cénicas, artes visuais, arquitetura, difusão internacional de livros franceses, cinema e tecnologia. Em Portugal, esta instituição encontra-se no âmbito do programa de cooperação bilateral entre França e Portugal através dos três setores seguintes²⁸: Cooperação cultural e audiovisual, Cooperação educativa e linguística, e Cooperação universitária e científica.

O primeiro setor fomenta a divulgação da cultura e dos artistas franceses, como parte das iniciativas de colaboração estabelecidas entre artistas e instituições dos dois países. Atualmente intitulado de Indústrias Culturais e Criativas, os domínios de

²⁷ Informação retirada de <https://www.institutfrancais.com/fr/qui-sommes-nous>, consultada a 15/03/2024.

²⁸ Informação retirada de <https://www.ifp-lisboa.com/o-instituto/que-fazemos/>, consultada a 16/03/2024.

cooperação cultural abrangem uma ampla gama de áreas: artes cénicas, artes visuais, património cultural, cinema e audiovisual, edição e literatura, design, moda, artesanato e arquitetura. O seguinte promove o ensino do francês, língua internacional, com certificações em escolas e universidades; apoio a seções europeias de francês; programas bilaterais de mobilidade; geração bilingue; assistentes de língua portuguesa em França; estágios profissionais em França para professores; coordenação anual da Festa da Francofonia em Portugal. E por fim, o último promove a mobilidade académica: apoio a doutorados para teses; intercâmbios científicos através da parceria Hubert Curien franco-português para pesquisadores; assim como auxílio a estudantes interessados em estudar na França pelo Campus France²⁹.

Outro exemplo é o Instituto Cervantes³⁰, é uma instituição pública espanhola, sem fins lucrativos, dedicada ao ensino da língua espanhola e à promoção da cultura hispânica em todo o mundo. Fundado em 1991, possui 90 centros em 43 países, com o objetivo de difundir o idioma espanhol e fortalecer os laços culturais entre a Espanha e outras nações³¹.

O Instituto Cervantes, entidade dedicada à disseminação da língua espanhola e cultura hispânica, tem como principais objetivos e funções:

- *Organizar cursos gerais e especiais de língua espanhola, assim como das línguas co-oficiais da Espanha.*
- *Emitir em nome do Ministério da Educação, Cultura e Desporto os Diplomas de Espanhol (DELE) e organizar os exames para a sua obtenção.*
- *Atualizar os métodos de ensino e a formação do professorado.*
- *Apoiar o trabalho dos hispanistas.*
- *Participar em programas de difusão da língua espanhola.*

²⁹ Informação retirada de <https://www.ifp-lisboa.com/o-instituto/que-fazemos/>, consultada a 16/03/2024.

³⁰ Em <https://lisboa.cervantes.es/pt/default.shtm#>, consultado a 20/03/2024.

³¹ Informação retirada de <https://cliclisboa.cervantes.es/pt-pt/sobre-nosotros>, consultada a 20/03/2024.

- *Realizar atividades de difusão cultural em colaboração com outros organismos espanhóis e hispano-americanos e com entidades dos países anfitriões.*
- *Pôr à disposição do público bibliotecas equipadas com os meios tecnológicos mais avançados³².*

2.5 Financiamento Privado Internacional

O Financiamento Privado Internacional das políticas culturais refere-se ao apoio financeiro proveniente de fontes privadas, como empresas, fundações, indivíduos ou organizações sem fins lucrativos, destinado a projetos e iniciativas culturais em diferentes partes do mundo. Esse tipo de financiamento desempenha um papel significativo no suporte e na promoção da diversidade cultural, no estímulo à criatividade e na preservação do património cultural global.

A *European cultural foundation*³³, foi estabelecida em 1954 em Genebra, mudando-se para Amsterdão em 1960. Fundada por Denis de Rougemont, Robert Schuman e o Príncipe Bernhard dos Países Baixos, teve como objetivo promover a cultura como elemento vital para a reconstrução pós-guerra da Europa. Tinha como finalidade incentivar o sentimento europeu e a compreensão mútua através de atividades culturais e educativas. Em 1968, a fundação desenvolveu programas que promoveram a mobilidade e o intercâmbio cultural, contribuindo para tornar a cultura o centro da agenda europeia³⁴. A estratégia que esta fundação adotou para o 2020-2025 aceta em três premissas centrais: *Share Europe, Experience Europe, e Imagine Europe*³⁵.

A primeira iniciativa visa contribuir para o desenvolvimento de um espaço público europeu, destacando a sua esfera cultural. Por meio de espaços físicos e *online*, os europeus são encorajados a compartilhar ideias, experiências, expressões artísticas e

³² Informação retirada de <https://cliclisboa.cervantes.es/pt-pt/sobre-nosotros>, consultado a 20/03/2024.

³³ Em <https://culturalfoundation.eu/>, consultado a 24/03/2024.

³⁴ Informação retirada de <https://culturalfoundation.eu/about/our-story/>, consultada a 24/03/2024.

³⁵ Informação retirada de <https://culturalfoundation.eu/about/strategy/>, consultado a 24/03/2024.

notícias de relevância europeia, transcendendo as fronteiras nacionais e promovendo um diálogo cultural aberto e inclusivo. Por sua vez, o segundo promove um senso de pertença europeu através do intercâmbio cultural e educacional entre indivíduos e práticas. Facilitando intercâmbios entre cidadãos e profissionais da cultura europeus, este visa ultrapassar fronteiras geográficas e setoriais, fomentando uma maior compreensão e coesão entre os povos europeus. Por fim, a iniciativa *Imagine Europe* apoia projetos que narram as diversas facetas da história, património e futuro da Europa por meio de expressões culturais variadas. Esta abordagem visa não só preservar e celebrar a rica herança cultural europeia, mas também inspirar visões e narrativas que alimentem o debate sobre o futuro do continente. Em conjunto, essas iniciativas visam fortalecer a identidade cultural europeia e promover a coesão dentro da União Europeia³⁶.

A *World Monuments Fund*³⁷ (WMF) representa um notável exemplo de financiamento privado internacional voltado para a conservação e preservação do património cultural global, sendo uma “organização independente dedicada a salvaguardar os lugares mais preciosos do mundo para enriquecer a vida das pessoas e construir a compreensão mútua entre culturas e comunidades”³⁸. Encontra-se em Nova York, desde 1965, e tem escritórios em Portugal, Espanha, França, Camboja, Índia, Peru e Reino Unido.

Em colaboração estreita com comunidades locais, financiadores e entidades governamentais, o *World Monuments Fund* fundamenta a sua atuação na preservação do património cultural para abordar diversos desafios contemporâneos. Entre estes desafios, destacam-se as questões relacionadas com as alterações climáticas, a falta de representatividade, o turismo excessivo e desequilibrado, assim como a recuperação de crises. Comprometido com o bem-estar das comunidades que dão vida a estes lugares históricos, o WMF reconhece o potencial do passado como catalisador para o desenvolvimento de uma sociedade mais resiliente e inclusiva. Para além disso, já realizou cerca de 700 projetos em 112 países diferentes, com a colaboração de doadores, da sociedade e de governos internacionais³⁹.

³⁶ Em <https://culturalfoundation.eu/about/strategy/>, consultado a 24/03/2024.

³⁷ Em <https://www.wmf.org/>, consultado a 26/03/2024.

³⁸ Informação retirada de <https://www.wmf.org/who-we-are>, consultada a 26/03/2024.

³⁹ Informação retirada de <https://www.wmf.org/our-mission-values>, consultado a 26/03/2024.

No desenrolar deste capítulo, foram analisadas as diferentes fontes de financiamento das políticas culturais, realçando a sua importância na promoção e salvaguarda da cultura em variados contextos. Desde os apoios públicos diretos até apoios internacionais, foram examinadas várias estratégias empregadas para viabilizar iniciativas culturais. É importante destacar que, entre as várias fontes e programas de financiamento existentes, os que foram discutidos e escolhidos são considerados os mais relevantes. No entanto, é preciso reconhecer que há outras fontes de financiamento e programas que não foram mencionados nesta análise, mas que também têm um papel significativo no apoio e na promoção das atividades culturais.

2.6 Desafios das Fontes de Financiamento

Um dos desafios das fontes de financiamento das Políticas Culturais centram-se na dependência de Financiamento Público. Muitas instituições e iniciativas culturais no país dependem fortemente de subsídios provenientes do Estado e das autarquias para operar e desenvolver as suas atividades. Embora esse apoio seja vital para a viabilidade de muitas organizações, essa dependência apresenta riscos e limitações que podem comprometer a sustentabilidade a longo prazo do setor cultural (Soares, 2012).

Um dos principais problemas da dependência de financiamento público é a vulnerabilidade a cortes orçamentais. Em períodos de crise económica ou ajustes fiscais, os governos frequentemente reduzem os orçamentos destinados à cultura para realocar recursos para outras áreas consideradas mais urgentes, como saúde, educação ou segurança. Essas reduções podem ter efeitos devastadores sobre as instituições culturais que não possuem outras fontes de sustentabilidade, levando ao encerramento de atividades.

A dependência de subsídios públicos pode limitar a capacidade das instituições culturais de inovar e crescer. Quando os recursos são escassos e instáveis, as organizações tendem a focar em garantir a sua sobrevivência a curto prazo, em vez de investir em novos projetos ou expandir as suas atividades. Esta situação pode levar à estagnação e à falta de desenvolvimento no setor cultural.

A falta de diversificação nas fontes de financiamento é um desafio significativo para o setor cultural em Portugal. Atualmente, muitas instituições e iniciativas culturais

dependem quase exclusivamente do apoio do Estado, o que pode comprometer a sustentabilidade e a resiliência do setor. Embora o apoio do Governo seja crucial, é necessário complementar essa fonte de financiamento com outras alternativas, como o mecenato, patrocínios privados e parcerias público-privadas.

A solução para a falta de diversificação das fontes de financiamento das políticas culturais em Portugal está intimamente ligada à estrutura dos incentivos fiscais, pois o mecenato e o patrocínio não são amplamente apoiados devido à ausência de incentivos fiscais adequados.

A legislação que rege os incentivos fiscais é projetada para responder às necessidades do mercado, permitindo que as empresas escolham os projetos culturais nos quais desejam investir, obtendo, assim, abatimento de impostos. Essa dinâmica leva as empresas a priorizar investimentos em artistas e eventos que garantam um retorno positivo de imagem, gerando visibilidade mediática. Esse comportamento resulta na exclusão de artistas, eventos e projetos que, embora culturalmente relevantes, não trazem a mesma visibilidade nos meios de comunicação estabelecidos. Portanto, não há uma lógica de mercado estrita nesse processo, mas sim uma política de oferta onde a decisão de investimento é tomada pelas empresas, considerando tanto a racionalidade económica quanto a qualidade das propostas apresentadas (Silva & Filho, 2021). A questão não é o mercado, mas sim uma discussão que tem três pontos de vista:

A primeira é saber se as empresas escolheram projetos artístico-culturais irrelevantes do ponto de vista da estrutura cultural. A segunda é saber se o erário, por meio do gasto público indireto, outro nome para a isenção fiscal, financiou uma visão particular de arte que não corresponde aos valores que seriam desejáveis do ponto de vista da política de enriquecimento da estrutura cultural, assumindo-se que isso seja possível. A terceira é saber se é razoável financiar, com recursos fiscais destinados à cultura, o marketing das empresas (Silva & Filho, 2021, p. 123).

Desta forma, torna-se crucial refletir sobre os objetivos dos incentivos fiscais às empresas e a proporção adequada entre o gasto tributário indireto (deduções fiscais para empresas que patrocinam eventos culturais e isenções de impostos para organizações sem fins lucrativos dedicadas à promoção da cultura) e o gasto orçamentário direto (subsídios

governamentais para teatros e museus, financiamento direto de festivais culturais e exposições de arte e investimentos em infraestrutura cultural, como a construção de centros culturais e museus). Isso implica uma definição mais clara sobre a composição do financiamento cultural, equilibrando a participação pública e privada e organizando os modos de financiamento que permitam um melhor uso dos recursos públicos para prioridades políticas (Silva & Filho, 2021).

Além da questão da disponibilidade de recursos, existe também a necessidade de uma distribuição mais equitativa e transparente dos fundos destinados à cultura. Muitas vezes, os recursos são concentrados em instituições culturais de renome ou em projetos localizados em grandes centros urbanos, deixando de lado iniciativas culturais regionais e comunitárias. Isso contribui para a marginalização de determinadas expressões culturais e para a desigualdade de acesso à cultura entre diferentes regiões do país.

A distribuição desigual do financiamento cultural é uma realidade que persiste em Portugal, destacando uma disparidade significativa entre áreas urbanas, especialmente Lisboa e Porto, e regiões periféricas e rurais do país. Essa disparidade cria uma lacuna no acesso às atividades culturais, deixando algumas partes do país com menos oportunidades de participar e beneficiar-se da riqueza cultural disponível.

Para abordar essa desigualdade, é crucial implementar políticas culturais mais inclusivas que levem em consideração as necessidades e aspirações de todas as regiões do país. Isso pode envolver a alocação equitativa de recursos financeiros para projetos culturais em áreas menos favorecidas, o desenvolvimento de programas de descentralização cultural para levar atividades culturais às comunidades periféricas e rurais e o fortalecimento da colaboração entre instituições culturais em todo o país.

Para superar os desafios apresentados, é essencial uma abordagem integrada que envolva o governo, o setor privado, a sociedade civil e a comunidade cultural em geral. A promoção de uma cultura de mecenato, a simplificação dos processos de candidatura e a melhoria na capacitação das organizações culturais são passos importantes para fortalecer o financiamento das políticas culturais em Portugal.

CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

3 Enquadramento

O processo de pesquisa e trabalho numa dissertação de mestrado é uma caminhada que requer um enquadramento metodológico sólido e cuidadoso. Este enquadramento estabelece as bases teóricas, conceituais e metodológicas que orientam a investigação, garantindo a sua relevância, rigor e coerência.

No presente capítulo será apresentado a metodologia utilizada, assim como a questão da investigação e os objetivos geral e específicos desta investigação. Além disso, será descrito o instrumento de recolha de dados.

3.1 Metodologia

No âmbito do presente trabalho de investigação, foi necessário selecionar a metodologia adequada, ou seja, o estudo de caso.

A estrutura para o desenvolvimento de um estudo de caso deve ir ao encontro das questões que pretendemos ver respondidas. De acordo com Robert Yin (2001, p.19) “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Desta forma, Yin (2001) afirma que o estudo de caso representa uma forma de se investigar algo empírico, tendo por base um conjunto de procedimentos pré especificados. Segundo Bell (1993, p. 23), “este método proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto de um problema em pouco tempo”.

Hamel *et al.* (1993) defendem que o caso de estudo é por natureza uma pesquisa em profundidade, e utiliza muitos e variados métodos para realizar observações, e para recolher dados. Para Amaratunga e Baldry (2001), uma grande vantagem do caso de estudo é a sua capacidade de proporcionar uma compreensão pormenorizada e rica acerca da realidade. Yin (2001) salienta que a grande dinâmica deste método é a sua capacidade de abranger a totalidade, comprovada através de documentos, artefactos, observações e entrevistas.

Apesar das vantagens visíveis ao estudo de caso, continua a ser um método criticado (Santos, 2012). Segundo Yin (2001), os estudos de caso, por vezes, são considerados uma abordagem de menor valor científico devido ao facto de incorretamente se julgar que o investigador que escolhe este método não é rigoroso e objetivo, em resultado da sua proximidade com o objeto de estudo.

A metodologia adotada nesta dissertação é de natureza qualitativa. Este enfoque metodológico é escolhido para proporcionar uma compreensão aprofundada e detalhada dos fenômenos culturais estudados. A pesquisa qualitativa é particularmente adequada para explorar as nuances e complexidades das políticas culturais, permitindo uma análise contextualizada das experiências e percepções dos entrevistados envolvidos no setor cultural.

Através das entrevistas, esta abordagem pretende captar as perspetivas subjetivas e as dinâmicas sociais que influenciam a formulação e a implementação das políticas culturais em Portugal.

3.2 Problemática e objetivos

Toda a pesquisa deve começar com uma descrição minuciosa do problema do estudo, de modo a torná-lo facilmente compreensível. Esse problema consiste numa questão cuja resposta não é conhecida e para a qual se pretende encontrar uma solução. Deve ser apresentado de forma clara, bem delimitada e contextualizada. Como ponto de partida para este estudo, foi definida a seguinte questão: “Quais são as fontes de financiamento das políticas culturais da Fundação Serralves?”.

Consequentemente, procurando responder à problemática apresentada, foram definidos os seguintes objetivos:

Objetivo geral: Identificar as fontes de financiamento das Políticas Culturais em Portugal.

Objetivos específicos:

- Identificar as fontes públicas privadas do financiamento;
- Identificar as fontes nacionais e internacionais do financiamento;
- Compreender de que forma a Fundação Serralves recebe financiamento;

- Que desafios enfrenta a Fundação relativamente ao financiamento.

3.3 Recolha de dados: entrevista

A entrevista é uma técnica de pesquisa amplamente empregada na investigação social, consolidando-se como tal ao longo de um extenso período. Este método possibilita ao pesquisador uma interação direta com os participantes do estudo em questão, o que viabiliza a realização dos objetivos previamente estabelecidos pelo investigador (Batista et al., 2017).

Para Moser e Kalton (1971, p. 271) uma entrevista é descrita como uma conversa entre um entrevistador e um entrevistado que tem o objetivo de extrair determinada informação. O entrevistador tem o papel de conduzir uma conversa na qual o entrevistado é o protagonista principal. Em outras palavras, a entrevista é uma das técnicas de recolha de dados que avalia a habilidade do entrevistador. Este pode guiar a entrevista explorando situações ou expressões que não seriam detetadas através de métodos escritos.

As entrevistas utilizadas em investigação segundo Bell (1993), podem ser de três tipos:

- Estruturada - conjunto de perguntas abertas, que exigem respostas curtas e precisas, trazendo vantagens na análise de dados. Este tipo de entrevista requer que as questões sejam previamente definidas e não permite liberdade ao entrevistador para modificá-las durante o processo.
- Não estruturada - o entrevistado conduz o tema e a conversa desenvolve-se a partir disso. Não há um roteiro predefinido, sendo o entrevistador responsável por formular as perguntas conforme a interação evolui. Isso torna a análise dos dados mais difícil.
- Semiestruturada - uma estrutura é estabelecida, mas o entrevistado tem liberdade para expressar opiniões sobre os temas abordados. Este tipo de entrevista permite certa flexibilidade ao entrevistado, mantendo o foco nos objetivos do estudo, e ocorre de forma mais natural, embora ainda siga um guia planeado.

Quivy & Capemhoudt (1998), demonstram algumas vantagens na utilização desta técnica de pesquisa que incluem a recolha de dados mais detalhados e a flexibilidade na condução da entrevista, tendo em consideração as necessidades do entrevistado. Entretanto, há desvantagens e limitações, assim como a demanda de tempo significativa para o investigador, uma amostra menos abrangente, maior dificuldade na análise dos dados e a possibilidade de desvio durante a entrevista.

Como meio de recolha de dados, a entrevista é altamente adequada para obter informações sobre o conhecimento, expectativas, intenções passadas, presentes ou futuras das pessoas, bem como as suas explicações ou razões sobre tais assuntos. No entanto, todas essas vantagens também podem influenciar a qualidade das entrevistas. A flexibilidade da entrevista, por exemplo, pode prejudicar a recolha de informações, já que os entrevistados podem evitar respostas diretas ou dispersar na sua comunicação.

Para elaborar a entrevista foi estruturado um guião como suporte à desenvoltura da conversa entre os interlocutores das duas entrevistas realizadas (apêndice 1) ao Dr. Rui Costa, da Direção de Projetos e Recursos Especiais, e à Dra. Sofia Castro, Diretora Administrativa, Financeira e Operações da Fundação Serralves. A entrevista desenrolou-se e as anotações foram registadas através da escrita manual e do registo áudio, garantindo o consentimento.

4 Fundação Serralves

As fundações são organizações sem fins lucrativos criadas por iniciativa de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas (fundadores) para a gestão de uma massa patrimonial que lhe é cedida definitivamente pelos fundadores e que deve ser substancialmente preservada, para a satisfação de certas finalidades de interesse social.⁴⁰

Neste capítulo, estará contemplado a Fundação Serralves, uma das instituições culturais mais proeminentes de Portugal. A análise será dividida em três seções principais: a história da fundação, a sua missão e objetivos, e os mecanismos de financiamento, com ênfase especial nas informações obtidas através de entrevistas.

A história da Fundação Serralves será apresentada, destacando a sua origem, evolução e impacto no panorama cultural português. Desde a sua criação, a fundação tem desempenhado um papel crucial na promoção da arte contemporânea e na preservação do património cultural. Em seguida, a missão e os objetivos da Fundação Serralves, os seus principais programas e iniciativas, e como esta pretende cumprir a sua missão de fomentar a cultura e a educação artística. Por fim, estará o financiamento da Fundação Serralves. Este subcapítulo destacará as diversas fontes de apoio financeiro que a fundação utiliza, com uma análise detalhada das informações obtidas através de entrevistas. Essas entrevistas fornecem uma visão única sobre os desafios e estratégias de financiamento enfrentados pela fundação, oferecendo uma perspectiva interna sobre a sustentabilidade financeira da instituição.

4.1 História da Fundação

No período pós-revolucionário, a cidade do Porto testemunhou diversos movimentos que advogavam pela criação de um espaço dedicado à exposição da arte contemporânea produzida na época. O Centro de Arte Contemporânea, sob a direção de Fernando Pernes desde a sua fundação até 1980, emergiu como um ator fundamental na consolidação do panorama artístico portuense. Este reconhecimento do papel desempenhado foi corroborado pela Secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia, ao selecionar o Porto como o local para a instalação de um futuro Museu

⁴⁰ Citação retirada de <https://cpf.org.pt/fundacoes/como-criar-uma-fundacao/o-que-e-uma-fundacao/>, consultada a 20/04/2024.

Nacional de Arte Moderna, culminando na aquisição, pelo Estado, da Quinta de Serralves em dezembro de 1986. Durante este período e até a constituição da Fundação de Serralves em 1989, uma Comissão Instaladora, composta por Jorge Araújo, Teresa Andresen e Fernando Pernes, foi incumbida dessa transição, resultando na abertura ao público da Casa e do Parque de Serralves em 29 de maio de 1987⁴¹.

A criação da Fundação, por meio do Decreto-Lei 240-A/89, de 27 de julho, marcou o início de uma colaboração inovadora entre o Estado e a sociedade civil, representada por aproximadamente 51 entidades dos setores público e privado. O número de fundadores atualmente ascende a 181, evidencia um contínuo compromisso com o projeto de Serralves. Em consonância com os seus objetivos, em março de 1991 foi assinado o contrato com o arquiteto Álvaro Siza para a conceção arquitetónica do Museu. A construção do então denominado "Museu Nacional de Arte Contemporânea" foi viabilizada por fundos comunitários e do PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central).

A gestão de Serralves foi liderada por diferentes presidentes, culminando na atual presidência de Ana Pinho. Reconhecida hoje como uma das principais instituições culturais de Portugal e a mais relevante do Norte do país, a Fundação de Serralves tem se empenhado na promoção nacional e internacional da arte contemporânea, assim como na divulgação do seu notável património arquitetónico e paisagístico.

Em 1996, o património imobiliário de Serralves foi classificado como "Imóvel de Interesse Público", em virtude do seu relevante interesse arquitetónico. Localizada na cidade do Porto, a Fundação detém um valioso património histórico e cultural, composto pelo Museu e Casa do Cinema Manoel de Oliveira, ambos projetos do arquiteto Álvaro Siza, além da Casa de Serralves, exemplar único da arquitetura Art Déco, e do Parque, desenhado pelo arquiteto francês Jacques Gréber e premiado em 1997 com o "Prémio Henry Ford para a Preservação do Ambiente".

Em 2012, o conjunto patrimonial de Serralves foi elevado à categoria de "Monumento Nacional", em reconhecimento do seu valor cultural, arquitetónico e

⁴¹ Em <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/1.5.-ok-fundacao---historia/>, consultado a 15/01/2024.

paisagístico, bem como os investimentos realizados na sua preservação, animação e divulgação.

A 3 de dezembro de 2014, durante a reunião anual do Conselho de Fundadores de Serralves e no encerramento das celebrações dos 25 anos da Fundação e dos 15 anos do Museu de Arte Contemporânea, Serralves foi agraciada pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, com o título de Membro Honorário da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, em virtude do seu "inestimável contributo" para a cultura em Portugal. Essa distinção reafirma o reconhecimento internacional de Serralves como uma referência no meio artístico, além de destacar o seu impacto económico positivo, contribuindo para o turismo nacional.

Para concluir, a Fundação de Serralves é uma “organização sem fins lucrativos, instituição cultural de âmbito europeu ao serviço da comunidade nacional, de carácter privado e de interesse público” (Soares, 2012, p. 6). Para além disso, dispõem do estatuto de utilidade pública.

4.2 Missão e objetivos

A Fundação de Serralves assume como a sua missão estimular o interesse e o conhecimento de públicos diversos pela arte contemporânea, arquitetura, paisagem e temas críticos para a sociedade e o seu futuro, de forma integrada, fundamentada com o seu excecional conjunto patrimonial, composto pelo Museu de Arte Contemporânea, a Casa de Serralves, a Casa do Cinema Manoel de Oliveira e o Parque⁴². Como parte da sua visão, Serralves pretende ser um polo de referência e centro de conhecimento, tanto nacional como internacional, nos domínios da arte contemporânea, arquitetura, paisagem e temas críticos para a sociedade, promovendo a diversidade cultural e atraindo públicos variados através de intervenções inovadoras e sustentáveis, contando com o apoio da comunidade.

Enquanto instituição de elevado prestígio cultural em Portugal, pauta-se por uma estratégia abrangente e multifacetada, visando alcançar diversos objetivos que abrangem

⁴² Informação retirada de <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/fundacao-apresentacao/>, consultada a 17/01/2024.

não apenas a promoção da arte contemporânea e da arquitetura, concentra suas estratégias em seis pilares fundamentais⁴³.

Destaca-se a iniciativa de **sensibilização e formação de públicos** diversos para a apreciação da arte contemporânea, da arquitetura e das questões ambientais, bem como para outros temas de relevância social. Esta ação abrange uma ampla faixa etária e diversidade de origens, visando ampliar horizontes culturais e estimular a reflexão crítica.

Além disso, a Fundação empenha-se na oferta de uma **programação diversificada de excelência**, por meio de projetos inovadores e interdisciplinares desenvolvidos no contexto do Museu, da Casa e do Parque. Tal abordagem visa enriquecer a experiência do público e fomentar a colaboração entre diferentes campos do conhecimento.

A **valorização do património** edificado e do Parque de Serralves, aliada ao desenvolvimento de uma coleção de arte contemporânea de relevância, é outro eixo central das estratégias da instituição. Este esforço não apenas preserva a história e a identidade da Fundação, mas também enriquece o cenário artístico contemporâneo.

A **notoriedade e imagem** nacional e internacional da Fundação como centro de referência nos domínios da arte contemporânea, da arquitetura e da reflexão sobre os temas críticos da sociedade atual é uma prioridade estratégica. Tal reconhecimento não só reforça a influência da instituição, mas também estimula o diálogo e a colaboração a nível global.

A contribuição para a criação de um **ambiente propício à criatividade** e ao crescimento das indústrias criativas é outro objetivo crucial. Esta pretende catalisar o surgimento de novas empresas e iniciativas neste domínio, impulsionando a economia criativa e o emprego.

Por fim, garantir a **sustentabilidade económica e financeira** da Fundação é uma preocupação central. A promoção da excelência operacional e o dinamismo na captação de recursos financeiros adequados são essenciais para assegurar a continuidade e o crescimento das atividades da instituição ao longo do tempo.

⁴³ Em <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/1.3.-ok-fundacao---temas-estrategicos/>, consultado a 18/01/2024.

A Fundação de Serralves delineou uma série de objetivos estratégicos⁴⁴ abrangentes, refletindo o seu compromisso com a promoção cultural, a excelência operacional e a sustentabilidade financeira.

Um dos principais objetivos é desenvolver um programa robusto de exposições, envolvendo artistas nacionais e internacionais proeminentes, bem como jovens criadores, visando fidelizar públicos diversificados. Além disso, a Fundação ambiciona promover iniciativas multidisciplinares nas áreas da arquitetura, música, artes performativas e cinema, enriquecendo a sua programação e proporcionando uma experiência cultural mais abrangente. A realização de ciclos de conferências, colóquios e debates com a participação de destacadas personalidades nacionais e estrangeiras visa fomentar o diálogo e a reflexão em torno das artes, do ambiente e das ciências sociais. A ampliação das parcerias com instituições de renome internacional é outro objetivo crucial, visando potencializar o reconhecimento do património de Serralves e estimular intercâmbios culturais e atividades conjuntas.

A Fundação Serralves também se compromete a desenvolver programas educativos inovadores, visando sensibilizar os diferentes públicos para temas contemporâneos, promovendo a formação de hábitos culturais e o pensamento crítico. A extensão das iniciativas para diferentes regiões do país, através de exposições itinerantes e outras atividades, visa democratizar o acesso à cultura e fortalecer os laços com as comunidades locais. Mantendo uma política editorial de elevado padrão, esta procura disseminar conhecimento e promover a discussão em torno da arte contemporânea e da arquitetura. Além disso, a inclusão social é uma preocupação central, com iniciativas voltadas para públicos desfavorecidos e com necessidades especiais. A organização de eventos de grande impacto público é uma estratégia para atrair diversos segmentos da população e melhorar o acesso à arte contemporânea. A visibilidade nacional e internacional da Fundação é reforçada através de uma eficaz política de comunicação, contribuindo para a fidelização de públicos e apoiantes.

O desenvolvimento de uma coleção de arte contemporânea de referência, a promoção da investigação sobre o património de Serralves e a garantia da sustentabilidade ambiental são também objetivos prioritários. A maximização de receitas e a otimização

⁴⁴ Informação retirada de <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/1.4.-ok-fundacao---objetivos-estrategicos/>, consultada a 18/01/2024.

de recursos visam assegurar-lhe a viabilidade financeira, enquanto a aposta em competências estratégicas e na capacidade de adaptação garantem a sua relevância contínua no cenário cultural e social.

4.3 Financiamento (entrevistas)

O financiamento é um elemento crucial para a sustentabilidade e o crescimento de qualquer instituição cultural. No caso da Fundação Serralves, a diversidade e a solidez das suas fontes de financiamento são determinantes para a manutenção e expansão das suas atividades. Este subcapítulo aborda de forma detalhada as várias estratégias de financiamento adotadas pela Fundação Serralves, destacando a importância de uma abordagem multifacetada que inclui receitas próprias, apoio do Estado, mecenato, entre outros.

A Fundação de Serralves proporciona às empresas interessadas uma ampla gama de modalidades de mecenato, permitindo que os mecenas desempenhem um papel significativo como membros ativos em parcerias colaborativas. Esta colaboração pode manifestar-se de diversas formas e contribui significativamente para a sustentabilidade e desenvolvimento contínuo da Fundação.

Dada a natureza de utilidade pública da Fundação de Serralves, que lhe confere um enquadramento legislativo específico em termos de benefícios fiscais, o mecenato representa um apoio crucial, predominantemente plurianual. Este apoio pode ser concretizado através de três modalidades principais: Mecenato Institucional, Mecenato de Atividades e Mecenato da Coleção.

- Mecenato Institucional: Esta modalidade envolve um compromisso amplo e contínuo com a missão e os objetivos gerais da Fundação. Os mecenas institucionais fornecem suporte financeiro duradouro, contribuindo para a estabilidade e desenvolvimento da instituição.
- Mecenato de Atividades: Direcionado para o apoio a programas e eventos específicos, esta forma de mecenato permite a realização de diversas iniciativas culturais e educativas promovidas pela Fundação.
- Mecenato da Coleção: Focado na preservação e expansão do acervo artístico da Fundação, este tipo de mecenato é essencial para manter e enriquecer a coleção artística de Serralves.

O apoio de múltiplos mecenas tem um papel vital no sucesso e na continuidade das iniciativas da Fundação. Estes mecenas fornecem os recursos financeiros necessários para a organização de grandes eventos. Este apoio permite à Fundação Serralves oferecer uma programação diversificada e de alta qualidade, acessível a um público amplo e variado.

Superbock, BPI: Fundação “la Caixa”, Sonae e Fundação Galp são exemplos de entidades que têm mostrado um compromisso contínuo e significativo com Serralves. Este modelo de financiamento por meio de múltiplos mecenas permite à Fundação Serralves não só diversificar as suas fontes de receita, mas também criar um ecossistema de apoio que é resistente a flutuações económicas e capaz de sustentar uma oferta cultural robusta e inclusiva. A gratuidade de muitos dos eventos proporcionados pela Fundação só é possível graças à generosidade e ao apoio contínuo destes mecenas, que reconhecem o valor intrínseco de uma sociedade culturalmente rica e ambientalmente consciente.

Além disso, a colaboração com estes mecenas fortalece os laços entre o setor empresarial e a cultura, promovendo um senso de responsabilidade social corporativa e contribuindo para a construção de uma comunidade mais coesa e engajada. Esta sinergia entre a Fundação Serralves e os seus mecenas exemplifica como parcerias estratégicas podem impulsionar o desenvolvimento cultural e ambiental de uma região, beneficiando não apenas os participantes diretos, mas a sociedade como um todo.

A Fundação Serralves mantém um rigoroso e criterioso processo de admissão de novos fundadores, estipulando que apenas aqueles que realizem um donativo significativo de 100 mil euros poderão adquirir tal estatuto. Este valor elevado reflete não apenas o compromisso financeiro, mas também a dedicação e o alinhamento dos novos fundadores com os objetivos e a missão da Fundação. Uma vez alcançado este estatuto, os fundadores não são obrigados a realizar contribuições adicionais subsequentes, embora muitos escolham continuar a apoiar a Fundação de outras formas, seja através de doações esporádicas, participação em eventos ou envolvimento em iniciativas específicas.

Relativamente ao ciclo dos patronos, especificamente ao estatuto de fundador patrono, a Fundação adota uma política de donativos anuais para sustentar as suas atividades contínuas. Para se tornar um fundador patrono, é solicitado um donativo anual de 15 mil euros. Este valor tem sido um pilar importante na estrutura financeira da Fundação, permitindo a realização de projetos de grande impacto e a manutenção de um elevado padrão de excelência em todas as suas atividades. Conforme indicado pela

Doutora Sofia, este valor será atualizado este ano para refletir as necessidades crescentes da Fundação e os custos associados à realização dos seus projetos e programas.

É importante destacar que a contribuição anual para se manter como fundador patrono é facultativa. Isso permite uma flexibilidade considerável, pois um indivíduo pode optar por ser um fundador patrono num determinado ano e, no ano seguinte, decidir não contribuir financeiramente sem perder o seu estatuto de fundador. Esta flexibilidade é fundamental para acomodar as variações nas capacidades financeiras e nos interesses dos patronos.

No que concerne aos fundos da Fundação de Serralves, estes são compostos pelas dotações provenientes dos Fundadores, conforme ilustrado na figura 2. No ano de 2022, foram registados 1.925.000€ referentes às dotações dos fundadores, detalhados da seguinte forma: fundadores do ano em 1.500.000€ e fundadores de anos anteriores em 425.000€.

DOTAÇÕES - Fundadores		FUNDOS		
		ENTRADAS		
		Faturado	Não pagas	Totais
31/dez/21	Iniciais	5.684.300,83		5.684.300,83
	Iniciais (Reforços)	1.313.584,26		1.313.584,26
	Novos	19.937.226,08	(2.109.879,79)	17.827.346,29
	Totais	26.935.111,17	(2.109.879,79)	24.825.231,38
31/dez/22	Iniciais	5.684.300,83		5.684.300,83
	Iniciais (Reforços)	1.313.584,26		1.313.584,26
	Novos	21.862.226,08	(3.067.379,79)	18.794.846,29
	Totais	28.860.111,17	(3.067.379,79)	25.792.731,38

Figura 2- Dotações dos Fundos da Fundação Serralves. (Serralves, p.275, 2023).

Esses apoios são essenciais para que a instituição continue a promover a cultura, a arte e o meio ambiente, garantindo a sua posição de destaque no panorama cultural português e internacional. Adicionalmente, o Estado reconhece a importância da ação da Fundação, atribuindo-lhe aproximadamente 39 a 40% do financiamento, de acordo com dados de 2023 fornecidos pela Doutora Sofia. Este apoio mantém-se sempre abaixo dos 50%, variando anualmente consoante as receitas próprias da Fundação e o mecenato. Em situações onde as receitas próprias são reduzidas, como ocorreu durante a pandemia de Covid-19, o apoio do Estado tende a ser maior. Historicamente, o financiamento do

Estado corresponde a cerca de um terço do total que a Fundação recebe, tendo este valor sido ligeiramente superior em 2023.

Para além disso, o Estado concede um regime de benefícios fiscais às empresas que apoiam a Fundação Serralves, no âmbito do Capítulo X do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este regime permite às empresas majorar os seus gastos com donativos para efeitos fiscais, tornando o apoio à Fundação não apenas um ato de responsabilidade social corporativa, mas também uma decisão financeiramente vantajosa.

Este incentivo fiscal é de grande importância, pois encoraja mais empresas a contribuir para a Fundação Serralves, sabendo que parte significativa do seu investimento será recuperada através de benefícios fiscais. A possibilidade de majorar os gastos significa que as empresas podem deduzir um valor superior ao doado do seu rendimento tributável, aumentando assim a atratividade do mecenato cultural.

A Fundação, ao possuir receitas próprias, obtém parte do seu financiamento através da cedência de espaço, prestação de serviços, entre outros. Além disso, o cofinanciamento desempenha um papel crucial na sustentabilidade financeira da Fundação. Neste modelo, os projetos são financiados com uma participação significativa de 75% a 85% por parte da entidade interessada, seja ela uma empresa, uma organização ou um mecenas, enquanto o restante é coberto pela Fundação. Este esquema de cofinanciamento não só alivia a carga financeira direta sobre a Fundação como também incentiva a colaboração e o envolvimento de outras partes interessadas, promovendo um sentido de comunidade e partilha de objetivos.

Adicionalmente, a Fundação Serralves participa ativamente na captação de financiamento comunitário, concorrendo a projetos financiados pela União Europeia. Estes concursos englobam tanto a programação cultural como projetos infraestruturais, incluindo a construção e renovação de edifícios. Um exemplo notável é o projeto “Cinemini”, que está ligado ao cinema da primeira infância e envolve crianças entre os 3 e os 6 anos. Este projeto exemplifica como a Fundação não só amplia a sua oferta cultural e educativa, mas também capta recursos adicionais para garantir a viabilidade e expansão das suas atividades.

A análise das várias fontes de financiamento evidencia a necessidade de a Fundação de Serralves diversificar as suas fontes de financiamento. Esta diversificação constitui-se como um desafio, dado que compete com outras instituições culturais e artísticas pela

alocação de recursos financeiros. A gestão eficiente dos recursos torna-se, então, uma obrigatoriedade. A diminuição do entusiasmo por parte dos doadores pode acentuar a pressão sobre a gestão financeira da instituição, tornando ainda mais vital uma administração criteriosa dos recursos disponíveis. Nesse sentido, torna-se necessário recorrer não apenas às receitas próprias, mas também ao apoio do Estado.

Para além disso, destaca-se como uma das dificuldades enfrentadas pela Fundação Serralves no contexto das fontes de financiamento a insuficiência de incentivos adequados para os mecenas, sejam eles empresas ou indivíduos. Essa carência de estímulos acarreta como consequência a redução do ímpeto desses potenciais doadores em contribuir financeiramente para as iniciativas culturais da instituição.

Em suma, é imperativo que a Fundação continue a desenvolver a sua ação para merecer a ajuda do Estado, além de procurar outras fontes de financiamento, como mecenas, fundos comunitários e receitas de bilhética e serviços. Não pode, portanto, adotar uma posição acomodada, segundo o Dr. Rui Costa.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar as fontes de financiamento das políticas culturais em Portugal, com um enfoque especial no estudo de caso da Fundação Serralves. Ao longo deste estudo, foram abordados diversos aspetos relacionados com a gestão dos recursos culturais, desde o enquadramento teórico das políticas culturais até à análise detalhada das fontes de financiamento disponíveis no contexto nacional e internacional.

A revisão da literatura proporcionou uma compreensão abrangente do papel da cultura na sociedade, assim como os modelos e definições de políticas culturais. Além disso, a investigação do panorama das políticas culturais em Portugal permitiu identificar os principais desafios e oportunidades enfrentados pelo setor cultural no país.

A análise das fontes de financiamento revelou a complexidade e a diversidade dos recursos disponíveis para a promoção da cultura, desde o financiamento público nacional até as parcerias internacionais e o apoio do setor privado. No entanto, também foi evidenciada a necessidade de uma abordagem mais estratégica e sustentável na gestão desses recursos, visando garantir a continuidade e o impacto das políticas culturais a longo prazo.

O estudo de caso da Fundação Serralves ofereceu uma perceção valiosa sobre as práticas de financiamento e gestão adotadas por uma instituição cultural de renome em Portugal. A análise da história, missão e objetivos da Fundação, juntamente com a investigação do seu modelo de financiamento, proporcionou uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pelas instituições culturais na captação e utilização de recursos financeiros.

De forma a dar resposta à questão de partida deste trabalho, as fontes de financiamento da Fundação Serralves, incluem o mecenato, apoio do Estado, receitas próprias e fundos comunitários. O mecenato é essencial e predominante, permitindo às empresas e indivíduos contribuir de forma significativa e receber benefícios fiscais. A diversificação das fontes de financiamento é crucial para a sustentabilidade da Fundação, especialmente diante da concorrência e da variabilidade das contribuições dos doadores.

Com base nas conclusões desta pesquisa, é possível afirmar que a transparência, a *accountability* e a diversificação das fontes de financiamento são elementos-chave para fortalecer o setor cultural em Portugal.

Implementar práticas de gestão financeira transparentes é fundamental para aumentar a confiança do público e dos financiadores. A transparência promove uma cultura de responsabilidade e eficiência dentro das instituições. Para alcançar isso, as instituições culturais devem realizar auditorias regulares e publicar relatórios financeiros detalhados. Estes relatórios não só fornecem uma visão clara sobre a utilização dos recursos, mas também ajudam a identificar áreas de melhoria contínua na gestão financeira.

Promover parcerias colaborativas é outra estratégia crucial. As instituições culturais devem procurar alianças com outras instituições culturais, empresas privadas e organizações internacionais. Essas parcerias diversificam as fontes de financiamento e recursos, proporcionando uma base mais ampla de suporte. Participar de redes e consórcios facilita a troca de conhecimento e apoio mútuo, fortalecendo o setor cultural como um todo. Tais colaborações podem incluir programas conjuntos, eventos compartilhados e iniciativas de pesquisa colaborativa.

Desenvolver uma estratégia abrangente de financiamento que inclua fontes públicas, privadas e internacionais é essencial para a sustentabilidade financeira. Explorar novas fontes de financiamento, como *crowdfunding* e patrocínios, pode aumentar significativamente a capacidade de arrecadação de fundos. A diversificação reduz a dependência de uma única fonte de financiamento, mitigando riscos associados a flutuações económicas e políticas.

Fortalecer os incentivos fiscais para doadores e patrocinadores é uma estratégia eficaz para aumentar o apoio financeiro às instituições culturais. Oferecer deduções e créditos fiscais atrativos pode motivar mais empresas e particulares a fazer doações. Além disso, criar programas de reconhecimento público para destacar a contribuição dos doadores pode servir como um incentivo adicional. Esses programas podem incluir prémios, certificações e nomeações de espaços em reconhecimento ao apoio recebido.

Incentivar práticas de financiamento sustentável é crucial para a viabilidade a longo prazo. As instituições culturais devem adotar estratégias que garantam a sustentabilidade financeira sem comprometer a qualidade e a acessibilidade das suas atividades. Fomentar a inovação nas práticas de gestão e financiamento é igualmente importante. Isso envolve a adaptação às mudanças sociais e económicas e a implementação de novas tecnologias e métodos de captação de recursos.

Reforçar a educação e a sensibilização cultural é essencial para garantir o acesso equitativo à cultura e aumentar o envolvimento da comunidade. Promover programas educacionais e de sensibilização que realcem a importância da cultura na sociedade pode criar um público mais informado. Esses programas podem incluir oficinas, palestras, exposições itinerantes e atividades educativas que envolvam diferentes segmentos da população.

É importante fortalecer o setor cultural em Portugal exige um compromisso contínuo com a transparência, a responsabilidade e a inovação nas práticas de financiamento. As instituições culturais devem ser proativas na procura de soluções sustentáveis e colaborativas, garantindo assim que a cultura continue a ser um pilar vital da sociedade portuguesa. A implementação das recomendações apresentadas neste estudo pode contribuir significativamente para a resiliência e o desenvolvimento sustentável do setor cultural em Portugal, assegurando que as atividades culturais desenvolvidas acompanhem as mudanças sociais, antecipando e questionando-as, mantendo uma perspectiva contemporânea e inovadora para o futuro. Desta forma, a Fundação Serralves e outras instituições culturais podem continuar a contribuir de forma significativa para o panorama cultural e artístico, tanto a nível nacional como internacional.

A presente dissertação, apesar das suas contribuições significativas para o campo de estudo, apresenta algumas limitações que merecem ser destacadas. Deste modo, houve uma considerável dificuldade em agendar as entrevistas com os representantes da Fundação Serralves, o que limitou a profundidade das informações obtidas diretamente da instituição. Além disso, a seleção e a organização das pesquisas realizadas para a elaboração do relatório constituíram um desafio, dado o vasto volume de dados disponíveis e a necessidade de garantir a relevância e a precisão dos conteúdos incluídos. Essas restrições podem ter impactado a abrangência e a riqueza das análises apresentadas, sugerindo a importância de futuras pesquisas que possam explorar essas áreas com mais profundidade e acesso facilitado aos dados e entrevistas. Outra sugestão seria expandir o campo do estudo para incluir comparações com outras fundações culturais, tanto a nível nacional quanto internacional, para fornecer um contexto mais amplo e identificar melhores práticas que possam ser aplicadas e posicionar Portugal em termos de desenvolvimento cultural.

Apêndice 1- questões das entrevistas:

Quais são as principais fontes de financiamento?

Qual a diferença entre cada mecenato (institucional, de atividades e de coleção)?

Recebem financiamento internacional?

Existe falta de financiamento?

O financiamento das atividades culturais são os que aparecem no plano de atividades publicado na vossa página?

Como é que a fundação faz a distribuição dos recursos para os diversos projetos culturais?

A fundação recebe propostas de financiamento de projetos culturais?

Quais são os desafios enfrentados pela fundação para garantir uma diversificação e sustentabilidade das atividades culturais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguileta, I. L. (2000). *Cultura y ciudad: manual de política cultural municipal*. Espanha.
- Albuquerque, L. A. (2011). *Política cultural: conceitos e tipologias*. Acedido a 10 janeiro, 2024 em https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/403/1/Par4_art6.pdf.
- Amaratunga, D., & Baldry, D. (2001). *Case study methodology as a means of theory building: performance measurement in facilities management organizations*. Acedido a 10 março, 2024 em https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00438020110389227/full/html?utm_source=repec&utm_medium=feed&utm_campaign=repec.
- Batista, E., Matos, L., & Nascimento, A. (2017). *A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa*. Acedido a 5 março, 2024 em <file:///C:/Users/anabr/Downloads/rica,+768-2680-1-RV-OK.pdf>.
- Bell, J. (1993). *Como realizar um projecto de investigação*. Acedido a 10 março, 2024 em <https://soclogos.files.wordpress.com/2014/09/como-realizar-um-p-de-investigac3a7ao-bell.pdf>.
- Camões Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa. (s.d.). *Financiamos*. Acedido a 6 fevereiro, 2024 em <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/financiamos>.
- Carvalho, A., Camacho, C. F., & Silva, R. H. (2021). *Políticas culturais e museus: algumas perspectivas*. Midas. Acedido a 13 fevereiro, 2024 em <https://journals.openedition.org/midas/2984>.
- Centro de Informação Europa Criativa. (s.d.). *Europa Criativa*. Acedido a 12 março, 2024 em <https://www.europacriativa.eu/>.
- Centro de Informação Europa Criativa. (s.d.). *O Programa Europa Criativa 21-27*. Acedido a 12 março, 2024 em <https://www.europacriativa.eu/europa-criativa-2021-2027/o-programa-europa-criativa/sobre-o-programa-europa-criativa>.
- Centro Português de Fundações. (s.d.). *O que é uma fundação*. Acedido a 20 abril, 2024 em <https://cpf.org.pt/fundacoes/como-criar-uma-fundacao/o-que-e-uma-fundacao/>.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro,I.P. (s.d.). *Programas de Cooperação Territorial- INTERREG IV*. Acedido a 2 março, 2024 em

<https://www.cedrc.pt/pt/areas-de-atuacao/desenvolvimento-regional/cooperacao-territorial/programas-de-cooperacao-territorial/interreg-iv-c/>.

Costa, A. F. da (1997). *Políticas Culturais: Conceitos e Perspetivas*. Acedido a 4 março, 2024 em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13885>.

Costa, A. R. S. (2023). *A Divisão de Gestão Cultural e as suas Políticas Culturais - Relatório de Estágio no Município de Santa Maria da Feira*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Crowdfunding4Culture. (s.d.). *About Crowdfunding4Culture*. Acedido a 10 fevereiro, 2024 em <http://crowdfunding4culture.creativehubs.net/>.

Cruz, A. V. da S. (2012). *As Políticas Culturais e os Museus- Que Sustentabilidade? O Museu do Traje (Viana do Castelo) - um estudo de caso*. Acedido a 10 janeiro, 2024 em http://repositorio.ipvc.pt/bitstream/20.500.11960/1833/1/Anabela_Cruz.pdf

Cruz, A.L.P. (2015). *Impactos das Políticas Culturais em Tempos de Crise: um olhar sobre o Festival Alcantara*. Acedido a 13 fevereiro, 2024 em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11023/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ImpPolCulTemCrise_Anabela%20Laura%20Cruz.pdf

Cultura Portugal. (s.d.). *Direção Geral das Artes*. Acedido a 16 fevereiro, 2024 em https://culturaportugal.gov.pt/pt/conhecer/local/_dgar/direcao-geral-das-artes/.

Dubois, V. (1999). *La politique culturelle – genèse d’une catégorie d’intervention publique*. Paris. Acedido a 12 janeiro, 2024 em <https://upvericsoriano.files.wordpress.com/2011/09/politiquesculturelle.pdf>.

E-Cultura. (s.d.). *Centro Nacional da Cultura*. Acedido a 18 fevereiro, 2024 em <https://www.e-cultura.pt/promotor/252>.

Europa.eu. (s.d.). *Creative Europe*. Acedido a 15 março, 2024 em <https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/creative-europe/about-the-creative-europe-programme>.

European Commission. (s.d.). *Interreg C - Interregional cooperation*. Acedido a 26 fevereiro, 2024 em https://ec.europa.eu/regional_policy/policy/cooperation/european-territorial/interregional_en.

European Cultural Foundation. (s.d.). *Cultural Foundation*. Acedido a 24 março, 2024 em <https://culturalfoundation.eu/>.

European Cultural Foundation. (s.d.). *Our story*. Acedido a 24 março, 2024 em <https://culturalfoundation.eu/about/our-story/>.

Félix, P., & Fernandes, T. (2011). *Política cultural. Mais definições em trânsito*. Acedido a 12 janeiro, 2024 em <https://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf>.

FLAD. (2024). *Arte e Cultura- Contribuímos para a celebração da cultura e arte portuguesa*. Acedido a 1 março, 2024 em <https://www.flad.pt/arte-e-cultura/>.

FLAD. (2024). *Homepage FLAD*. Acedido a 20 fevereiro, 2024 em <https://www.flad.pt/>

Freire, A. (2012). *O financiamento como recurso fundamental das políticas culturais*. Acedido a 15 fevereiro, 2024 em https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7662/1/Politicass_artigo3.pdf

Fundação Calouste Gulbenkian. (2024). *Apresentação*. Acedido a 16 fevereiro, 2024 em <https://gulbenkian.pt/fundacao/a-fundacao/>.

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais. (s.d.). *Fundo de Fomento Cultural*. Acedido a 4 de fevereiro, 2024 em <https://www.gepac.gov.pt/fundo-fomento>.

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais. (s.d.). *Mecenato Cultural*. Acedido a 9 de fevereiro, 2024 em <https://www.gepac.gov.pt/apoios-e-incentivos/mecenato-cultural>

GDA- Gestão dos Direitos dos Artistas. (2020). *Quem somos?*. Acedido a 16 fevereiro, 2024 em <https://www.gda.pt/gda/quem-somos/>.

Geertz, C. (1978). *A Interpretação das Culturas – Antropologia Social*. Zahar Editores.

Gov.pt. (junho 2023). *Boletim Semestral- Programas de Cooperação Territorial Europeia*. Acedido a 27 fevereiro, 2024 em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAABAAzNLY0NwAA43%2BZJQUAAAA%3D>.

Gov.pt. (s.d.). *Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas*. Acedido a 4 fevereiro, 2024 em <https://eportugal.gov.pt/entidades/direcao-geral-do-livro-dos-arquivos-e-das-bibliotecas>.

Gov.pt. (s.d.). *Direção-Geral do Património Cultural*. Acedido a 16 fevereiro, 2024 em <https://eportugal.gov.pt/entidades/direcao-geral-do-patrimonio-cultural>.

Gov.pt. (s.d.). *Fundações e pessoas coletivas de utilidade pública*. Acedido a 22 fevereiro, 2024 em <https://eportugal.gov.pt/fichas-de-enquadramento/fundacoes-e-pessoas-coletivas-de-utilidade-publica>.

Gov.pt. (s.d.). *Interreg VI-A Espanha-Portugal (POCTEP)*. Acedido a 26 fevereiro, 2024 em <https://eurocid.mne.gov.pt/interreg-vi-a-espanha-portugal-poctep>.

Gov.pt. (s.d.). *Portugal 2020*. Acedido a 25 fevereiro, 2024 em https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/portugal_2020_flyerversao_final.pdf.

Gov.pt. (s.d.). *Programa de Apoio Sustentado- Artes Visuais- Criação e Programação*. Acedido a 20 fevereiro, 2024 em <https://www.dgartes.gov.pt/pt/node/5119>.

Gov.pt. (s.d.). *UNESCO: Sobre a UNESCO História*. Acedido a 15 março, 2024 em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>.

Gov.pt. (s.d.). *Utilidade Pública*. Acedido a 8 fevereiro, 2024 em <https://www.dgartes.gov.pt/pt/utilidade>.

Hamel, J., Dufour, S., & Fortin, D. (1993). *Case study methods*. Acedido a 5 abril, 2024 em <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=1976024>.

Inatel. (s.d.). *A passagem da Fundação INATEL*. Acedido a 14 fevereiro, 2024 em [https://www.inatel.pt/Fundacao/INATEL-\(2\)/Fundacao/Historia/Do-INATEL-a-Fundacao-INATEL/Do-INATEL-a-Fundacao-INATEL/A-passagem-a-Fundacao-INATEL.aspx](https://www.inatel.pt/Fundacao/INATEL-(2)/Fundacao/Historia/Do-INATEL-a-Fundacao-INATEL/Do-INATEL-a-Fundacao-INATEL/A-passagem-a-Fundacao-INATEL.aspx).

Institut Français Portugal. (s.d.). *Que fazemos?* Acedido a 16 março, 2024 em <https://www.ifp-lisboa.com/o-instituto/que-fazemos/>.

Institut Français. (s.d.). *Qui sommes-nous?* Acedido a 15 março, 2024 em <https://www.institutfrancais.com/fr/qui-sommes-nous>.

Instituto Cervantes Lisboa. (s.d.). *Atividades culturais*. Acedido a 20 março, 2024 em https://lisboa.cervantes.es/pt/cultura_espanhol/cultura_espanhol.htm.

Instituto Cervantes Lisboa. (s.d.). *Bem-vindos ao Instituto Cervantes de Lisboa*. Acedido a 20 março, 2024 em <https://lisboa.cervantes.es/pt/default.shtm#>.

Instituto Cervantes. (s.d.). *Quem somos*. Acedido a 20 março, 2024 em <https://cliclisboa.cervantes.es/pt-pt/sobre-nosotros>.

Interreg-Sudoe. (s.d.). *Programa sobre Interreg Sudoe*. Acedido a 5 março, 2024 em <https://www.interreg-sudoe.eu/prt/programa/sobre-interreg-sudoe>.

Lei n.º 36/2021 de 14 de junho. (2021). Diário da República, N.º 113/2021 — I Série. Assembleia da República. Lisboa. Acedido a 12 fevereiro, 2024 em <https://files.dre.pt/1s/2021/06/11300/0000300025.pdf>.

Lima, L. P. B., Ortellado, P., & Souza, V. D. (2013). *O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura*. Acedido a 14 janeiro, 2024 em <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/o-que-sao-as-politicas-culturais.pdf>.

López, L. P. (2021). *Políticas Culturais: O plano municipal da cultura como plano estratégico do território*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Lusa, J. S. G. (18 junho 2020). Portugueses mantiveram consumo de Cultura e reconhecem falta de apoio ao setor, revela estudo. *Observador*. Acedido a 10 fevereiro, 2024 em <https://observador.pt/2020/06/18/portugueses-mantiveram-consumo-de-cultura-e-reconhecem-falta-de-apoio-ao-setor-revela-estudo/>.

Mello, E. (29 dezembro 2021). *Conheça os tipos de patrocínio em eventos e como eles podem ser executados*. Acedido a 11 fevereiro, 2024 em <https://blog.e-inscricao.com/conheca-os-tipos-de-patrocínio-em-eventos-e-como-eles-podem-ser-executados/>.

Moser, C. & Kalton, G. (1971). *Survey methods in social investigation*. Acedido a 4 março, 2024 em <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315241999/survey-methods-social-investigation-moser-kalton>.

Neves, J. S. (2021). *Políticas culturais de museus em Portugal: ciclos e processos de reflexão estratégica participada*. Midas. Acedido a 14 fevereiro, 2024 em <https://journals.openedition.org/midas/2956>.

Novais, B. do V. (2020). *O que é diplomacia cultural?*. Acedido a 17 março, 2024 em <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/47497>.

Oliveira, C.M. & Pita, P.C. da R. (2021). *Qual a relevância do Modelo de Apoio às Artes para a definição de Políticas Culturais em Portugal na década 2020-2030?* Acedido a 12 janeiro, 2024 em https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/113188/1/12021_Gama_Costa_Politicias-culturais-municipais.pdf.

Orçamento do Estado 2024. (s.d.). *Cultura*. Acedido a 2 fevereiro, 2024 em <https://oe2024.gov.pt/cultura/>.

Oun, M., & Bach, C. (2014). *Qualitative Research Method Summary*. Journal of Multidisciplinary Engineering Science and Technology. Acedido a 4 abril, 2024 em <https://www.jmest.org/wp-content/uploads/JMESTN42350250.pdf>.

Parlamento. (s.d.). *Sobre o Orçamento do Estado*. Acedido a 15 fevereiro, 2024 em <https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/oe-sobre.aspx>.

Parlamento.pt. (s.d.). *Orçamento do Estado 2024: Cultura*. Acedido a 12 março, 2024 em https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=5u4jogzZWwdJ2Nu2XisATpR1rHQ1cu0uhBMBM2V1WrUmNHBGiy03M84PszWcBuPP0Z%2F6v2rhpvDi%2F6f3VicK8OSFenldMJJWUHC1VrCjJOHcNExBLktLZvhQCIPkyeX2QIotsCCpm%2F43k5it7kvIhUZphBOLKHTPHoQVpVAwnRokqeyNlbe8xgAUzJxOzs2moTtBQ8rEdQJ2aRnCiNiwbmPKFzsSOLE6wL3kYajz%2FArrH3r9dnuxoirNpJ0RcpMOc9UpVIWVhmQEPaBKagQA0F%2FcvwAu83bHa3y1DG7hR9bsGuyCRWTWj3A3BmW0AmP8OTs6knN7ufowXyM4EV3yuIh20I9OkDe%2BV5tIwOd%2BHeg%3D&fich=Nota+Explicativa_MC.pdf&Inline=true.

Pedro, S. (30 junho 2016). *Políticas Culturais e Financiamento da Cultura em Portugal. Medio Tejo*. Acedido a 10 fevereiro, 2024 em <https://mediotejo.net/politicas-culturais-e-financiamento-da-cultura-em-portugal-por-sonia-pedro/>.

Portal Diplomático. (s.d.). *O que é a Rede Diplomática?*. Acedido a 17 março, 2024 em <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/o-que-e-a-rede-diplomatica>.

Portugal 2020. (s.d.). *O que é o Portugal 2020*. Acedido a 10 março, 2024 em <https://portugal2020.pt/portugal-2020/o-que-e-o-portugal-2020/>.

Portugal 2030. (s.d.). *O Portugal 2030 em 3 minutos*. Acedido a 10 março, 2024 em <https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-portugal-2030-em-3-minutos/>.

Portugal 2030. (s.d.). *O que é o Portugal 2030*. Acedido a 10 março, 2024 em <https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-que-e-o-portugal-2030/>

Portugal.Gov. (2024). *Orçamento do Estado 2024*. Acedido a 5 fevereiro, 2024 em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=orcamento-do-estado-2024>.

PPorto dos Museus. (11 outubro de 2023). *Orçamento de Estado para a Cultura 2024*. Acedido a 22 fevereiro, em <https://www.pportodosmuseus.pt/2023/10/11/orcamento-de-estado-para-a-cultura-2024/>.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Acedido a 2 março, 2024 em <https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf>.

República Portuguesa. (s.d.). *Perguntas frequentes sobre o Mecenato Cultural*. Acedido a 23 fevereiro, 2024 em <https://www.culturaportugal.gov.pt/media/5864/af-faqs-v3.pdf>

Rubim, A. A. C., & Rocha, R. (2012). *Políticas culturais*. EDUFBA.

Santos, D. (s.d.). *Cultura e Desenvolvimento local em Portugal: Decálogo de princípios orientadores para um casamento (mais) feliz*. Acedido a 15 janeiro, 2024 em <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2069/1/cultura%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>.

Santos, J. A. M. C. (2012). *Estudo da Mudança nas Práticas de Contabilidade de gestão em Portugal: o caso da Amorim Revestimentos*. Dissertação de Mestrado ao Instituto Politécnico do Porto.

Santos, M., L. (2007). *O valor da Cultura nas autarquias em Portugal*. Acedido a 22 janeiro, 2024 em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3357/1/2008001182.pdf>.

Serralves. (2023). *Relatório & Contas 2022*. Acedido a 21 abril, 2024, em https://www.serralves.com/FLIPBOOK/ReC_2022/296/.

Serralves. (s.d.). *História*. Acedido a 15 janeiro, 2024 em <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/1.5.-ok-fundacao---historia/>.

Serralves. (s.d.). *Missão, visão e valores*. Acedido a 15 janeiro, 2024 em <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/1.2.-ok-fundacao---missao-visao-e-valores/>

Serralves. (s.d.). *Apresentação*. Acedido a 17 janeiro, 2024 em <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/fundacao-apresentacao/>.

Serralves. (s.d.). *Objetivos estratégicos*. Acedido a 18 janeiro, 2024 em <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/1.4.-ok-fundacao---objetivos-estrategicos/>.

Serralves. (s.d.). *Temas estratégicos*. Acedido a 18 janeiro, 2024 em <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/1.3.-ok-fundacao---temas-estrategicos/>.

Silva, A.S., Babo, E.P. & Guerra, P. (2015). *Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise*. Acedido a 13 fevereiro, 2024 em <https://journals.openedition.org/spp/1997>.

Silva, F. A. B., & Filho, R.F. (2021). *Desafios para o financiamento das políticas culturais*. Em *Direito e políticas culturais* (pp. 113–147). Acedido a 14 fevereiro, 2024 em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10902/1/DesafiosFinanciamento_cap03.pdf.

Soares, A.C.G. (2012) *A propósito do Financiamento Público à Cultura em Portugal: os casos dos fundos comunitários e das instituições culturais*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Sousa, C. A. P. (2013). *A Política Cultural em Portugal – 15 Anos de (in)sucesso*. Acedido a 15 janeiro, 2024 em http://repositorio.ipvc.pt/bitstream/20.500.11960/1602/1/Carlos_Sousa.pdf.

Tylor, E. B. (1871). *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. Londres.

Velho G. & Castro V. E. (1978). *O conceito de Cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspetiva antropológica*. Artefacto: Jornal de Cultura. Rio de Janeiro.

Acedido a 12 janeiro, 2024 em
https://www.academia.edu/12924466/O_estudo_se_sociedades_complexas.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Acedido a 10 março, 2024 em
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6598416/mod_resource/content/1/Livro%20Robert%20Yin.pdf.